

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

LUCIVAL NASCIMENTO DE SOUZA

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO “LUIZ CARLOS DA COSTA ARAÚJO”
COM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS DISCENTES COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ,
NO ESTADO DO PARÁ

São Leopoldo

2014

LUCIVAL NASCIMENTO DE SOUZA

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO “LUIZ CARLOS DA COSTA ARAÚJO”
COM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS DISCENTES COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ,
NO ESTADO DO PARÁ

Orientadora: Laura Franch Schmidt da Silva

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729t Souza, Lucival Nascimento de
O trabalho desenvolvido pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado "Luiz Carlos da Costa Araújo" com relação ao processo de inclusão dos discentes com deficiência no ensino regular das escolas municipais de ensino fundamental no município de Maracanã, no estado do Pará / Lucival Nascimento de Souza ; orientadora Laura Franch Schmidt da Silva. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.
74 p.

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Educação inclusiva – Maracanã(PA). 2. Educação especial – Brasil. I. Silva, Laura Franch Schmidt da. II. Título.

LUCIVAL NASCIMENTO DE SOUZA

O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO CENTRO DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO “LUIZ CARLOS DA COSTA ARAÚJO”
COM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS DISCENTES COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ,
NO ESTADO DO PARÁ

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração: Ética e Gestão

Data:

Profa. Dra. Laura Franch Schmidt da Silva – Doutora em Teologia – EST

Profa. Dra. Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – EST

RESUMO

No Brasil, o ministério da educação vem adotando como plano de ação a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, pautada em princípios éticos e fundamentada nos direitos humanos. De modo a propor a valorização de todos os alunos que integram a rede de ensino, pública e privada, respeitando as diferenças de cada um durante o processo educacional. Com o intuito de discutir a importância da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a partir de um olhar multiprofissional, a presente dissertação realiza uma análise das ações e o processo de implementação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) “Luiz Carlos da Costa Araújo”, localizado no município de Maracanã no Estado do Pará. Retratando as atividades desenvolvidas como: acolhimento, educação permanente, visita domiciliar, estudo de caso, encontros com a comunidade, grupos terapêuticos, participação em eventos culturais e ações com as secretarias municipais (saúde, assistência, cultura, agricultura e meio ambiente) que foram realizadas e as que ainda estão em processo de desenvolvimento. A pesquisa foi realizada através de um estudo bibliográfico e análise documental com enfoque qualitativo onde a obtenção de dados foi analisada de acordo com as informações adquiridas no Centro. Chegou-se a conclusão que o CAEE contribui significativamente com as políticas de educação, saúde, e assistência social assumindo um papel fundamental na implementação de políticas públicas voltadas para a educação especial e inclusiva, assim como para formação dos profissionais que estão envolvidos direta e indiretamente com a educação no município de Maracanã – PA.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Trabalho Multiprofissional. Política de Educação Especial.

ABSTRACT

In Brazil, the Ministry of Education has adopted as an action plan at national policy special education from the perspective of inclusive education, based on ethical principles and grounded in human rights. In order to propose the recovery of all students that are part of the school system, public and private, respecting the differences of each during the educational process. In order to discuss the importance of special education in the perspective of inclusive education, from a multidisciplinary look, this thesis performs an analysis of the actions and the implementation process of the Educational Service Center Specializing (CAEE) "Luiz Carlos da Costa Araújo", located in the municipality of Maracanã in the state of Pará. Portraying the activities as host, continuing education, home visits, case study, meetings with the community, therapeutic groups, participation in cultural events and actions with the municipal departments (health, welfare, culture, agriculture and environment) that have been accomplished and which are still under development. The survey was conducted through a literature study and document analysis with qualitative approach where getting data was analyzed according to the information acquired at the Centre. Came to the conclusion that the CAEE contributes significantly with education policies, health, and welfare assuming a key role in the implementation of public policies for special and inclusive education as well as training of professionals who are involved directly and indirectly with the education, in the municipality of Maracanã – PA.

Keywords: Inclusive Education. Multidisciplinary Work. Special Education Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAAC	Associação de Pais e Alunos Atendidos pelo CAEE
APPD	Associação Paraense de Pessoas com Deficiência
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEO	Centro Especializado Odontológico
CID	Código Internacional de Doenças
CINPED	Centro Integrado de Inclusão e Cidadania
COEES	Coordenadoria de Educação Especial
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
DETRAN	Departamento de Trânsito
HUBFS	Hospital Universitário Betina Ferro de Souza
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
NBR	Norma Brasileira
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNH	Política Nacional de Humanização
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSF	Programa Saúde da Família
SEDESES	Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESPA	Secretaria de Saúde do Estado do Pará
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
UBS	Unidade Básica de Saúde
URES	Unidade de Referência Especializada de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO “LUIZ CARLOS DA COSTA ARAÚJO”	17
1.1 Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	18
1.2 Participação nas conferências municipais, estadual e nacional.....	19
1.2.1 Primeira mesa redonda – eixo acessibilidade	20
1.2.2 Segunda mesa redonda – eixo saúde e reabilitação profissional.....	24
1.2.3 Terceira mesa redonda – eixo educação e trabalho.....	26
2.3 Processo de elaboração de projeto pedagógico	28
1.4 Apresentação à prefeitura do projeto de implantação.....	29
1.5 Recursos humanos, profissionais e estrutura física	31
1.6 Elaboração do regimento interno, plano de ação e o projeto político pedagógico.....	32
1.7 Reunião com pais, associação, visitas domiciliares e inauguração	35
2 ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	39
2.1 Início das atividades Pedagógicas, Psicossociais e Clínica-Terapêutica	40
2.2 O processo de Educação Inclusiva e a diversidade.....	44
2.3 Ajustes na proposta pedagógica e dificuldades encontradas.....	50
3 RELAÇÕES INTERSETORIAIS E PARCERIAS REALIZADAS PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA JUNTO AO CAEE	53
3.1 Articulações intersetoriais com a rede municipal de Maracanã.....	60
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

Fazer parte da construção do projeto político pedagógico que culminou na implantação de Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) “Luiz Carlos da Costa Araújo”, compreende uns dos principais motivos para realização dessa pesquisa de educação, além de contribuir significativamente para implantação do projeto de educação especial e inclusiva, juntamente com as escolas de ensino fundamental e outras instituições parceiras.

Sobretudo por acreditar que podemos transformar a sociedade no espaço mais justo e mais solidário. Em decorrência disso, a educação tem reconhecido o seu papel de grande importância no desenvolvimento e aprimoramento da sociedade humana. O entendimento que, a escola pode promover mudanças e impulsionar transformações para a educação de todos, especialmente a dos grupos considerados vulneráveis, os quais, muitas vezes, têm se mantido à margem do sistema educacional como os alunos com necessidades educacionais especiais compreende um avanço nas políticas públicas para esse público específico. Nesse sentido, tais alunos têm sido alvo de políticas educacionais voltadas para sua inclusão nos sistemas regulares de ensino.

Como a responsabilidade educativa da escola é reconhecidamente coletiva, e dela toma parte toda à comunidade escolar e não apenas o professor, mas, do porteiro ao diretor, o trabalho de todos é parcela relevante na construção da fundamental tarefa educativa a que a escola se propõe. Diante disso, houve por parte do pesquisador, o interesse em analisar das ações do CAEE em relação à inclusão dos discentes que nele recebem os atendimentos especializados, visando entender como esse processo acontece e quais atividades que favorecem o processo de inclusão.

Para esse intento, analisaram-se os caminhos percorridos por diversos atores na construção de um projeto comum. Entre os caminhos percorridos encontraram-se espaços coletivos de diálogos, leis, regulamentos, diretrizes sobre a educação especial e inclusiva e as gestões das secretarias municipais. Desde então, procurou-se investigar e analisar o processo de inclusão dos alunos atendidos pelo CAEE nas escolas municipais de ensino fundamental, nas turmas comuns de ensino regular.

Com esse entendimento, o trabalho de pesquisa foi estruturado de forma a apresentar um corpo teórico que propiciasse a compreensão do processo de inclusão e atendimento dos alunos pelo centro sobre diversos aspectos da proposta de educação inclusiva, privilegiada pelas políticas educacionais da atualidade e implementada no sistema educacional do país. Procura-se delimitar o assunto partindo-se do mais amplo enfoque para atingir o mais específico com os resultados da pesquisa realizada no CAEE do município de Maracanã – PA. Para cumprir com os objetivos propostos, a primeira parte do trabalho inclui alguns tópicos com pressupostos teóricos que vão apoiar as análises e reflexões realizadas no decorrer do trabalho.

Ressalte-se que essas reflexões estarão sempre direcionadas a aspectos relacionados ao processo de construção do projeto de educação especial e inclusiva através da implantação do CAEE. Nesse percurso, procurou-se descrever todos os momentos e caminhos percorridos para concretizar o centro. No decorrer da criação, as perspectivas políticas, educacionais, culturais e filosóficas da educação especial e inclusiva foram elementos norteadores na sua implantação. Na época, o surgimento de novos movimentos sociais e associações ligadas aos direitos de pessoas com deficiência no município construíram debates e ação em torno de propostas efetivas para demandas voltadas à pessoa com deficiência e alunos com necessidades educacionais específicas.

No segundo momento procurou-se discutir as etapas de implantação com os documentos regulatórios que norteiam as atividades do centro como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as práticas terapêuticas pedagógicas propostas para os alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino. Por fim, o último momento da pesquisa refere-se às parcerias institucionais e sua importância para o projeto de educação inclusiva no município.

Encerrando a reflexão teórica empreendida sobre o assunto, apresentou-se uma abordagem dos conhecimentos que os autores referidos fazem sobre as ações intersetoriais e como essas ações são importantes do ponto de vista da articulação entre as secretarias municipais para a promoção de uma educação inclusiva no município através do centro. Assim, a temática da educação inclusiva que se coaduna com os objetivos priorizados nesta pesquisa, parte da análise do processo

de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular através do CAEE.

1 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO “LUIZ CARLOS DA COSTA ARAÚJO”

O processo de implantação de Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) “Luiz Carlos da Costa Araújo” acompanhou um conjunto de ações, diretrizes e resoluções para a implantação de uma política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nesse capítulo, pretende-se apontar os caminhos e apresentar as medidas adotadas à criação de um CAEE no município. No decorrer da criação, as perspectivas políticas, educacionais, culturais e filosóficas da educação especial e inclusiva foram elementos norteadores na sua implantação. Na época, o surgimento de novos movimentos sociais e associações ligadas aos direitos de pessoas com deficiência no município construíram debates e ação em torno de propostas efetivas para demandas voltadas à pessoa com deficiência e alunos com necessidades educacionais específicas.

A conferência municipal, estadual e nacional dos direitos das pessoas com deficiências apresentou-se como mais um canal de diálogo e um espaço democrático para apresentar as necessidades específicas locais e propor a criação de políticas públicas para essa população. Os eixos trabalhados na conferência foram acessibilidade, saúde e reabilitação profissional, educação e trabalho. Nos eixos foram explorados aspectos na concepção do direito das pessoas com deficiência, necessidades de acessibilidade, inclusão nos espaços públicos, a permanência de pessoas com deficiências, bem como a possibilidade de efetivar as políticas em torno dos eixos temáticos transversais.

A partir das propostas encaminhadas pela conferência, os representantes municipais reuniram-se com professores, representantes dos movimentos sociais ligados às pessoas com deficiência e com os gestores para a criação de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. Com isso, houve a necessidade da criação do projeto institucional e do PPP baseado no diagnóstico das pessoas com deficiência no município e sua rede de organização civil. Após a criação dos projetos em pauta foi necessário encaminhá-los para apreciação da gestão municipal e posteriormente aprovação pelo poder legislativo local.

Assim, a complementação da implantação do centro se consolidou com a composição da estrutura física, a contratação dos técnicos especialistas na área e a

criação do regimento interno para condução das práticas desenvolvidas pelo centro. Por fim, a reunião de toda sociedade para inauguração e apresentação do CAEE para atender alunos com necessidades educacionais especiais no município.

1.1 Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva

O Ministério da Educação, em 2008, apresentou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva¹ (PNEEPEI) fundamentada nos princípios éticos do respeito aos direitos humanos. Essa proposta política e pedagógica propõe ensinar todos os alunos, valorizando as diferenças individuais no processo educacional e na concepção política de construção de sistemas educacionais com escolas abertas para todos.

Nessa perspectiva, a educação especial envolveu um amplo processo de mudanças para a implantação de sistemas educacionais inclusivos que reconfigura as propostas convencionais de criar programas especiais para atender, de forma segregada alunos com necessidades especiais. Atualmente a educação inclusiva é o debate mais se apresenta no contexto educacional do país.

Recentemente, setores da sociedade têm discutindo exaustivamente o princípio constitucional de igualdade, de condições de acesso e permanência na escola. Essa discussão implica na necessidade de reverter os antigos conceitos de normalidade e padrões de aprendizagem, bem como afirmam novos valores na escola que contemplam a cidadania, o acesso universal e a garantia do direito de todas as crianças, jovens e adultos de participação nos diferentes espaços da estrutura social.

No contexto educacional brasileiro, essa é uma política que gera conflito, provoca reflexão e polêmica acerca das ideias e possíveis caminhos na busca de um novo pensamento pedagógico que fundamenta o processo de ensino e de aprendizagem. Baseado nesse contexto, o município de Maracanã manifestou a necessidade de implantar serviços especializados objetivando melhor desempenho educacional e o bem estar biopsicossocial dos discentes maracanaenses.

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

Com isso surgiram os primeiros movimentos relacionados com a elaboração do projeto de implantação do CAEE, aonde aconteceram reuniões semanais com todos os atores envolvidos no novo projeto para educação local. Essas reuniões contaram com a participação da coordenação da Associação Paraense de Pessoas com Deficiência (APPD), pais e responsáveis, representantes da Secretaria Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o Conselho Tutelar.

Nestas reuniões, foram abordados o planejamento e as propostas para a II Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Por entender que o poder público e a sociedade civil precisam caminhar juntos para o bom desenvolvimento do município, a realização da II Conferência consolidou a criação de políticas públicas que favoreceram a implantação do CAEE no município potencializando as discussões sobre a temática que beneficiou a criação de políticas públicas.

1.2 Participação nas conferências municipais, estadual e nacional

Nesse sentido, a II Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência² no Estado do Pará que foi realizada no mês de agosto de 2008, no Centro de Feiras e Convenções da Amazônia - Hangar e contou com a participação de cerca de 500 pessoas, dentre delegados dos encontros municipais, convidados e ouvintes. A partir desta II Conferência Estadual foi elaborado um relatório com todas as propostas discutidas e aprovadas no evento.

A Conferência Magna que teve com o tema: “Inclusão, Participação e Desenvolvimento: um novo jeito de avançar” proferida por representantes do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONADE) chamou à atenção para a amplitude do tema que teve como objetivo provocar a reflexão da sociedade. Durante a apresentação foi exibido o vídeo sobre a Campanha Nacional de Acessibilidade lançado durante a I Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiências. No que diz respeito à acessibilidade, abordou-se a necessidade de pensar sobre aspectos da acessibilidade universal, não somente

² II CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS. Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social. Relatório. Belém, 2008. Relatório digitalizado.

para pessoas com deficiências, mas para o acesso universal de todos como os espaços públicos urbanos, espaços arquitetônicos e os meios de comunicação.

Assim, segundo o CONADE, a cidadania se constrói com direito a oportunidades e por isso as pessoas com deficiência que conhecem seus direitos devem repassá-los adiante. No entanto, aspectos como a solidariedade e o respeito às diferenças abrem a possibilidade de construirmos uma sociedade mais igualitária, fraterna e humana, sob a ótica dos direitos humanos, sem assistencialismo ou paternalismo, mas com ações afirmativas que respeitem a dignidade humana.

Ainda no primeiro dia de evento, foi realizada a leitura e aprovação do Regimento Interno e na sequência a Primeira Mesa Redonda, com o tema: Acessibilidade. Nessa mesa redonda foram discutidas todas as concepções legais e logísticas que incorporam aspectos sobre acessibilidade no Pará. Após a exposição foi aberto o debate para a plenária que levantou algumas questões pertinentes para a discussão nos Grupos de Trabalho.

1.2.1 Primeira mesa redonda – eixo acessibilidade

De acordo com o Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos³, a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível ao exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática. Esse contexto contribui decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.

Segundo a Cartilha de Acessibilidade a Edificações, Espaços e Equipamentos Urbanos⁴, a acessibilidade não pode ser pensada como uma solução específica para atender pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Acessibilidade é um processo, fruto da busca constante pela inclusão, pelo acesso universal, e sua aplicação resulta em ambientes universais, concebidos para atender

³ Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163 de 08 de agosto. Ed: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiências. Brasília, 2009.

⁴ Cartilha de Acessibilidade a Edificações, Espaços e Equipamentos Urbanos. 1 ed./ Elaboração: Nadja G.S. Dutra Montenegro; Zilsa Maria Pinto Santiago e Valdemice Costa de Sousa. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

a todas as pessoas, trazendo benefícios para toda a sociedade sendo um resultado da prática do design inclusivo e o desenho universal representa o seu nível mais amplo.

Diante dessa perspectiva política e filosófica foi proposta a construção do eixo de acessibilidade para a conferência. Nesse sentido, as 33 propostas debatidas nesta mesa permearam o âmbito da acessibilidade em diversos contextos sociais e arquitetônicos para o Pará. Inicialmente a proposta da defesa do cumprimento do decreto nº 5.296⁵, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida pelo Judiciário. Ela propõe ações punitivas quanto à falha de adaptação dos transportes públicos rodoviários e fluviais, assim como a adequação do embarque e desembarque das pessoas com deficiência.

Também foram listadas as necessidades de investimento para a acessibilidade, levando-se em consideração: a falha de adaptação de prédios públicos e logradouros; a inexistência de mobiliários e equipamentos urbanos; a inexistência de informação e comunicação; a não existência de implantação do sistema de voz no transporte coletivo; pela inexistência de sinalização tátil e sonora, dando prioridade para as escolas que possuam alunos deficientes; a falta de inclusão digital; a intensificação da fiscalização em rodoviárias e portos e a criação de um dispositivo para que a pessoa com deficiência tenha maior segurança no transporte fluvial. Além disso, visou garantir junto aos órgãos de trânsito, um percentual consequente da apreensão de veículos roubados como fiel depositário às Entidades de Pessoas com Deficiência e a disposição de vagas aéreas para locomover as pessoas com deficiência com mais dignidade de um estado para outro.

Outra proposta ligada ao cumprimento e garantia do decreto n. 5.296, foi à criação da lei do Passe Livre Interestadual⁶ que conceda passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Contudo, a proposta de alteração dessa lei sugere que incluam os transportes aeroviários e ferroviários.

⁵ BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiências. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

⁶ BRASIL. Lei n. 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiências. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

Apesar do avanço na criação das leis acima citadas as redes de transportes estaduais têm encontrado dificuldade no cumprimento desta lei. Com isso, a mesa que discutiu o eixo de acessibilidade sugeriu a interiorização da equipe multiprofissional do Departamento de Trânsito (DETRAN), para exames de habilitação para a pessoa com deficiência.

O decreto nº 5.296, de 2004 (regulamentador das leis 10.098 e 10.048 que versam sobre acessibilidade e atendimento prioritário, respectivamente) são incisivos quanto à obrigação do Estado Nacional se adequar aos seus quase 30 milhões de cidadãos que têm deficiência. Isso inclui veículos de transporte coletivo, edificações de usos públicos e privados, livros, sites, espetáculos e atendimento. Com isso, a proposta sugerida foi a implantação do projeto calçada cidadã que está vinculada à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A ABNT 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio. O Projeto circulou em consulta pública conforme Edital nº 09 de 30.09.2003, com o número NBR 9050.

Os conselhos municipais, estaduais e nacionais são partes integrantes de qualquer política no âmbito das gestões, de participação popular, democrática e descentralizada no processo de gestão político-administrativo-financeira e técnico-operativa. Nessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais. Nesse contexto, os conselhos dos direitos da pessoa com deficiência são entidades reguladoras e fiscalizadoras das normativas e ações estabelecidas pelas políticas direcionadas para esse público.

Dessa forma, a proposta colocada pelo grupo sugeriu uma capacitação da sociedade civil organizada para constituição desse conselho e um fórum de caráter permanente dos direitos das pessoas com deficiências. Assim, a proposta da criação da comissão municipal de acessibilidade, dotando-a de poderes para junto ao Ministério Público podendo embargar e exigir modificações em obras públicas e privadas de uso, que estejam fora das normas do desenho universal e de acessibilidade conforme previstos na NBR, leis e decretos federais aparecem como uma estratégia importante na fiscalização das leis junto a seus órgãos.

Como pauta para conselhos, demandaram criação de uma lei federal que obrigue os gestores municipais a garantir recursos financeiros para custear os

deslocamentos e acesso das pessoas com deficiência, a participação dos delegados eleitos em toda e qualquer conferência municipal sob pena de responsabilidade fiscal e pena de multa diária.

Em uma das propostas, a mesa sugeriu que as linhas de financiamento disponíveis para a habitação de interesse social fossem ampliadas para habitação adaptada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, priorizando as pessoas que não possuam moradia própria. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que consiste em aquisição de terreno, construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$1.600. A sugestão dessa proposta foi garantida na portaria 610, de 26 de dezembro de 2011⁷ que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do PMCMV.

Ainda dentro do eixo de acessibilidade foi proposto a garantia da pessoa com deficiência que esteja fora do mercado de trabalho, que tenha direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como possibilitar que outros membros da mesma família, que tenham deficiência recebam o benefício. Junto a esta proposta, a criação de projetos de lei que direcionem os gestores a adesão do programa BPC na escola. O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Projeto Porta a Porta, realizado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESES) em parceria com os municípios é uma

⁷ BRASIL. Ministério de Estado das Cidades. Portaria n. 610 de 26 de dezembro de 2011. Publicado no DOU, Seção 1, p.59-60, de 27 de dezembro de 2011.

importante estratégia para a localização de pessoas que vivem privações sociais no seu dia-a-dia, desenvolvido em Minas Gerais. A proposta da implantação desse projeto nos municípios do estado do Pará facilitaria a localização de pessoas com deficiência para a garantia de seus direitos constituídos.

Na educação, há a garantia da viabilização do livro digital acessível para as pessoas com deficiência visual nas bibliotecas públicas e também a garantia que os livros didáticos escolhidos anualmente pelos professores sejam impressos em braile em números indicados pela própria escola.

Dentre as propostas pautadas no eixo da acessibilidade, a criação de polos regionais de Centro de Inclusão da Pessoa com Deficiência, adaptação e construção de quadras e ginásios de esporte, a inclusão anual dos Estados e Municípios em recursos financeiros para entidades e para pessoas com deficiência devidamente legalizadas com aprovação de no mínimo três anos dentro do segmento da pessoa com deficiência no município foi a proposta ancorada para a implantação do CAEE. O município absorvia uma grande demanda de pessoas com deficiência em toda sua localização geográfica, e acabou culminando no centro de referência no nordeste do Pará.

1.2.2 Segunda mesa redonda – eixo saúde e reabilitação profissional

No eixo Saúde e Reabilitação Profissional encontram-se propostas ligadas a questões relacionadas à articulação do serviço de saúde e à reabilitação da pessoa com deficiência junto a suas unidades de prestação de serviço. Contudo, o eixo apresenta questões de orientação, garantia e implantação de programas e projetos voltados para o Ministério da Saúde.

Dentre as questões referentes à orientação, o eixo propôs a ampliação do atendimento de pessoas com deficiência neuromotora nos hospitais da rede Sarah de Reabilitação⁸ para todas as faixas etárias, entendendo que são deficiências específicas que necessitam de cuidados permanentes e a curto prazo. Ainda no âmbito da estrutura de Média Complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS), o eixo orientou que no programa de órtese, prótese e meios auxiliares de locomoção, esteja relacionado em conformidade com a patologia apresentada (necessidade de

⁸ ASSOCIAÇÃO das Pioneiras Sociais – APS, entidade de serviço social autônomo, de direito privado e sem fins lucrativos é a instituição gestora da Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação.

cada paciente) e não de acordo com o Código Internacional das Doenças (CID), pré-definidos pelo Ministério da Saúde (como os pacientes com Distrofia Muscular Progressiva e outras que não estão contempladas). Juntamente com essa orientação, a implantação de programas de órteses e próteses nos municípios em parceria com a esfera estadual e federal, exceto nos municípios com gestão plena.

No âmbito da atenção básica, a orientação é a inclusão na equipe do Programa Saúde da Família (PSF), uma equipe de reabilitação, dando condições para que os profissionais possam cumprir com as diretrizes do Programa juntamente com o Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), assim como uma maior cobertura do pré-natal, ultrassonografia no primeiro e último trimestre de gravidez e mais uma que se faça necessária. Inclusão do Teste da Orelhinha (diagnóstico da surdez precoce) e do Teste do Pezinho ampliado (para diagnóstico de doenças metabólicas e genéticas) nos exames do recém-nascido, assim como a melhoria das condições de infraestrutura e recursos humanos capacitados no atendimento materno infantil nas Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Entre as propostas voltadas às ações educativas, gestão do trabalho e educação permanente para pessoas com deficiência, o eixo da saúde e reabilitação profissional apresentam ações pontuais e específicas, porém muito relevantes ao início da divulgação e conhecimento no campo da saúde para com as pessoas com deficiências. Entre as promoções estão as campanhas educativas voltadas à saúde bucal e a capacitação de profissionais da área da Odontologia para pacientes com Necessidades Especiais no Centro Integrado de Inclusão e Cidadania (CINPED) (Atendimento a Pessoas com Deficiência) e na Unidade de Referência Especializada de Saúde (URES) Presidente Vargas, visando descentralizar esta assistência da cidade de Belém e estendê-la a todos os Municípios. Ainda no CINPED o eixo propôs a criação do banco de dados sobre pessoas com deficiência no Estado do Pará, com intercâmbio dos dados em rede, fornecidos pelos Municípios.

Campanhas informativas, capacitação e a formação continuada dos profissionais de saúde e demais funcionários - sobre conhecimentos de diversos tipos de deficiências e Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) - que atuam na área da saúde para o atendimento das pessoas com deficiências, foram oferecidas visando melhor promoção, prevenção, tratamentos e reabilitações destes.

Dentre as propostas voltadas à implantação de programas e à criação de banco de dados, o eixo trouxe como ponto principal a implantação de programa de atenção à saúde de pessoas com deficiência locomotora com enfoque na promoção, prevenção e reabilitação à saúde. Outra proposta encaminhada foi de um programa de habilitação e reabilitação para todos os municípios do Pará, garantindo serviços de qualidade com equipes multiprofissionais para o atendimento especializado (incluindo hidroterapia, equoterapia, acupuntura e massagem) da pessoa com deficiência abrangendo baixa, média e alta complexidade.

Os atendimentos são direitos de todo(a) cidadã(o)/usuário(a) do SUS, no entanto, as propostas aqui colocadas trazem uma especificidade cuja garantia desse direito seja efetivada com certa urgência nos municípios de difícil acesso e a pessoas com deficiência. Com isso, as propostas de garantia de direitos postas nesse eixo exigem um maior esforço dos poderes públicos para sua efetivação como a agilidade.

Primeiramente no processo de liberação de passagens e pagamento de diárias ao paciente e acompanhante através da portaria que estabelece o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) quando necessário o acompanhamento médico para transferências intermunicipais. Depois o deslocamento de profissionais especialistas para realizarem consultas mensais às pessoas com deficiência garantindo o atendimento domiciliar na área da saúde e reabilitação para pessoas com impossibilidade ou grave deficiência locomotora.

1.2.3 Terceira mesa redonda – eixo educação e trabalho

A terceira mesa redonda discutiu questões que envolvem a educação especial e inclusiva tendo como princípio o espaço da escola como promotor de uma política de inclusão junto à sociedade. Dentre as propostas está a realização de campanhas educativas, a divulgação dos direitos das pessoas com deficiências, direito a educação básica de qualidade, qualificação e capacitação profissional da Pessoa com Deficiência para inclusão no mercado de trabalho gerando emprego e renda.

No eixo educação e trabalho encontram-se questões que abordam as demandas para as instituições de ensino e unidades públicas. Em relação às

instituições públicas de ensino, as propostas apresentaram a inclusão de um componente curricular sobre educação especial e inclusiva e a inclusão social como componente nos cursos de graduação. A proposta voltada aos professores da rede municipal nas unidades escolares das zonas urbanas e rurais foi à criação de um programa de formação continuada em educação especial e a garantia do pagamento da gratificação para os professores da educação especial.

Ainda nesse contexto, uma proposta importante foi a qualificação de profissionais de órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e privados de todas as áreas para atender a pessoa com deficiência incluindo intérprete de LIBRAS e braile, bem como eleger prioridade às pessoas com deficiência e intensificando a fiscalização nas empresas e órgãos públicos quanto ao cumprimento da lei de cotas. Assim como a qualificação e formação de profissionais, a criação de espaços físicos e equipamentos como bibliotecas inclusivas, acessíveis e adaptáveis contribuem para práticas positivas à pessoas com deficiência.

Nesse debate, surgiu a proposta da criação de um fundo municipal da pessoa com deficiência nas esferas federal, estadual e municipal, priorização de recursos financeiros no plano plurianual para o cumprimento das políticas educacionais inclusivas e a garantia a isenção de taxas de inscrição para candidatos com deficiência em concursos públicos.

O eixo educação e trabalho mostrou grandes desafios a serem superados na perspectiva da educação especial e inclusiva. Uma proposta específica despertou aos representantes municipais a construção de CAEE em Maracanã. A proposta sugere a criação da equipe multiprofissional para os municípios que não compõe contendo os serviços psicopedagógicos, neurológicos, psicológicos, psiquiátricos, fonoaudiólogos, terapêuticos ocupacional, assistência social, fisioterapêutico e sociológico, objetivando auxiliar a escola, famílias, pessoas com deficiência e comunidade em geral no que diz respeito às suas necessidades estabelecendo parcerias com as secretarias de saúde e educação. Nessa relação estabelecer parceria entre as secretarias municipais de saúde e educação com a finalidade de garantir atendimento especializado para alunos e ampliar o acesso à educação dos alunos com deficiência por meio do ensino itinerante.

2.3 Processo de elaboração de projeto pedagógico

Após a participação na II Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Estado do Pará, o representante municipal de Maracanã convidou professores que trabalham na Educação Especial como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, pedagogos, assistentes sociais, fisioterapeutas para elaborar de forma conjunta o projeto do CAEE no Município. Nesse processo foram discutidas propostas legais, estruturais, pedagógicas, assistências e de saúde.

Dessa forma, o projeto foi pautado no diagnóstico situacional dos problemas encontrados no município ligados à questão das pessoas com deficiência. O projeto para implantação do CAEE buscou contemplar atividades necessárias ao desenvolvimento coletivo e individual dos usuários como assessoramento às escolas na busca de uma prática pedagógica eficiente e prazerosa orientando e acompanhando o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidade educacional especial permanente ou momentânea, intervindo junto à escola, aos professores, aos alunos, suas famílias e comunidade.

A perspectiva filosófica do projeto e do trabalho a ser realizado no CAEE foi de propor atendimento socioeducacional ao aluno(a) da rede regular de ensino e comunidade; de capacitar o corpo docente, gestores e demais profissionais da rede regular de ensino municipal e/ou estadual; de dispor assessoramento pedagógico aos profissionais da educação visando a boa conduta no processo de ensino e aprendizagem; de proporcionar meios de avaliação e de atendimentos multiprofissionais no que diz respeito a tratamentos fonoaudiólogos, fisioterapêuticos, de terapia ocupacional, psicológicos, de assistência social, pedagógicos e psicopedagógicos.

Nesse sentido, o projeto de implantação do CAEE estabeleceu um modelo de atendimento clínico/terapêutico como forma de potencializar individualmente os usuários que frequentam esse espaço. Outro modelo de atendimento pautado pelo projeto são os grupos de convivência e ações permanentes com oficinas terapêuticas que tem como objetivo atividades sociais e culturais que visam à integração de comunidades e o bem estar biopsicossocial garantindo a inserção de alunos com deficiência em espaços físicos e sociais, bem como a estimulação

adequada dos mesmos vislumbrando o desenvolvimento e a potencialidade do aluno além do avanço no processo de aprendizagem.

No processo de construção coletiva do projeto para implantação do CAEE destaca-se um movimento de democratização e participação, a descentralização como um processo de transferência de poder dos níveis centrais (gestão) para os periféricos (controle social). Nesse contexto, o diálogo com o aparelho institucional pautou-se numa estratégia de diálogo entre os setores de forma participativa e democrática com os setores sociais do município. Assim, o atual contexto, aonde ocorreu a II Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Pará consolidou a participação dos diversos setores sociais que culminou no conjunto de políticas públicas que redimensionaram a formulação de estratégias e ações para pessoas com deficiência no município de Maracanã.

1.4 Apresentação à prefeitura do projeto de implantação

Passado o processo da II Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Pará e encontro com os pais o representante municipal de Maracanã na conferência reuniu-se com a gestão municipal para apresentar as propostas deliberadas na plenária final da referida conferência. Nessa reunião foram discutidas possibilidades e aproximações com a Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social para implantação de um CAEE no município.

Essas possibilidades tiveram como base a grande demanda de pessoas com necessidades educacionais especiais afastadas das escolas e do convívio social. De acordo com o censo de 2008, cerca de 250 alunos(as) necessitavam de atendimento educacional especializado. Maracanã apresenta uma população de 32.666 habitantes distribuídos em 93 comunidades e 114 escolas municipais, comportando 11.800 alunos(as) matriculados(as) na rede municipal de ensino.

Dentre as principais afecções existenciais dos(as) alunos(as) são: problemas de aprendizagem, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência física, deficiência visual, síndromes, transtorno global do desenvolvimento, deficiência múltipla. Vale ressaltar que além do aluno, o município comporta diversos casos que necessitam não apenas de acompanhamento pedagógico, mas atendimento

ambulatorial proporcionando assim um bom prognóstico na especificidade de suas patologias.

Em decorrência dessa constatação inicial de que é preciso integrar para construir uma realidade educacional ampla, não excludente e acessível, torna-se indispensável iniciar esta integração a partir de bases organizacionais, ou seja, deve-se iniciar a prática pedagógica como um todo, desde organizar as atividades técnicas das escolas ao trabalho docente. Neste momento, o atendimento especializado irá atuar orientando e acompanhando alunos, professores, família e comunidade para que suas necessidades sejam supridas. Mas acima de tudo, ressalta-se aqui, o compromisso de diagnosticar as carências para que possamos supri-las a partir de uma amistosa união entre todos aqueles envolvidos neste processo.

Foi discutida também a situação de alunos(as) que necessitariam de atendimentos ambulatoriais para qualificar os diagnósticos dentro de todas as especificidades apresentadas. Dentro dessa constatação foi solicitado de forma verbal pelo representante municipal na Conferência a autorização da implantação do projeto do CAEE com a equipe multiprofissional.

Diante do diálogo realizado, da realidade apresentada e da apresentação do projeto o gestor municipal aprovou de forma imediata a implantação do projeto. Com isso foram oferecidas as condições para realização do projeto juntamente com as instituições parceiras como a Coordenadoria de Educação Especial do estado (COEES).

Após a reunião, o gestor municipal encaminhou o projeto CAEE junto com um ofício para a Câmara de Vereadores. A Câmara Municipal corresponde ao Poder Legislativo, ou seja, cabe aos seus componentes a elaboração de leis que são da competência do município, são os vereadores que devem zelar pelo bom desempenho do Executivo e exigir a prestação de contas dos gastos públicos. Como não funcionam como leis, as indicações não exigem que o vereador faça consultas em plenário para apresentá-las ao prefeito. Cabe ao prefeito ou secretário atender ou não à solicitação, sem que para isso precise ser apresentado um projeto ao vereador. Nessa perspectiva, os vereadores receberam num primeiro momento o projeto, analisaram de forma precisa e detalhada as principais ações e objetivos e

em seguida convidaram a equipe que elaborou o projeto para exposição e para sanar as dúvidas que tiveram ao longo da análise.

A exposição ocorreu na câmara de vereadores com os autores do projeto que trabalharam e realizaram o diagnóstico situacional sobre a perspectiva da pessoa com deficiência em Maracanã. Ela foi feita de forma oral explicando detalhadamente, passo a passo como estava projetada a implantação do CAEE. Estiveram presentes nessa exposição diversos segmentos sociais e políticos do município como as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, coordenadores de programas federais em execução no município, diretores das escolas municipais e estaduais, representante da APPD, representantes do Conselho Tutelar e os pais de pessoas com deficiência no município.

Na apresentação realizada pelos idealizadores do projeto foram esclarecidas questões legais, o envolvimento do setor social, benefícios para educação e saúde, a importância de um acompanhamento terapêutico junto a profissionais de saúde e o grande benefício trazido para o município e principalmente para as pessoas com deficiências que careciam de políticas públicas voltadas as pessoas com deficiência. Ao término da exposição o projeto foi aprovado pelos vereadores presentes e respaldado pela sociedade.

1.5 Recursos humanos, profissionais e estrutura física

Com a aprovação do projeto de implantação do CAEE ainda na Câmara de Vereadores a então Secretaria de Educação se responsabilizou em coordenar o processo de implantação do projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Desde então se iniciou a busca por um prédio onde pudesse oferecer condições necessárias para o bom funcionamento do CAEE. Inicialmente a Secretaria de Educação cedeu uma parte do seu prédio onde funcionariam os atendimentos pedagógicos, sociais e terapêuticos.

Assim o funcionamento ainda dependia da contratação da equipe multiprofissional, além dos profissionais envolvidos na construção do projeto. A seleção da equipe era realizada pela Secretaria de Educação sendo dela a responsabilidade da contratação e pagamento dos seguintes profissionais:

pedagogo, professor de Atendimento Educacional Especializado, educador físico, assistente social, psicólogo, psicopedagogo e fonoaudiólogo.

Com a parceria estabelecida com a Secretaria de Saúde a responsabilidade pela contratação e pagamento foi efetuado ao terapeuta ocupacional e ao fisioterapeuta. Após a contratação dos profissionais a equipe intensificou as ações junto aos parceiros para a estruturação do prédio com imobiliários, recursos pedagógicos, equipamentos fisioterápicos, fonoaudiólogos e terapêuticos. A Secretaria de Educação disponibilizou os imobiliários e recursos pedagógicos e a Secretaria de Saúde disponibilizou materiais necessários para atendimentos clínicos como equipamentos específicos para fisioterapia e terapia ocupacional.

Com a estruturação do prédio a equipe multiprofissional passou a elaborar as documentações legais do CAEE, como o regimento interno, plano de ação, Projeto Político Pedagógico, prontuários, fichas de cadastros, fichas de avaliação e evolução.

1.6 Elaboração do regimento interno, plano de ação e o projeto político pedagógico

O Regimento Interno é o documento que apresenta um conjunto de normas estabelecidas para regulamentar a organização e o funcionamento do órgão, detalhando os diversos níveis hierárquicos, as respectivas competências das unidades existentes e os seus relacionamentos internos e externos. Define, também, as competências dos titulares de Cargos de Natureza Especial e/ou em Comissão. Nesse contexto se configura como o complemento dos atos normativos que definiram a estrutura administrativa, deve ser aprovado pelo titular do órgão. A elaboração do Regimento Interno é a atividade em que se pode explicitar a estrutura administrativa, especificar todas as atividades funcionais e os limites das unidades orgânicas, além de equilibrar essas atividades em um todo harmônico, sem perder de vista que o processo organizacional é sistêmico, em que os vários setores interagem, visando à coerência e à eficácia do conjunto.

Esse documento é um importante instrumento para a consolidação da autogestão, de modo a regulamentar como se dará o funcionamento do órgão, visando ao cumprimento de sua função pública regularmente instituída. Assim, depois de uma construção conjunta de normas estabelecidas para regulamentar à

organização e o funcionamento do CAEE, o respectivo regimento foi submetido à Secretaria de Educação para sua aprovação. Desse modo a estrutura do regimento ficou assim definida: sete títulos e 22 artigos.

O Plano de Ação é o planejamento de todas as ações necessárias para atingir um resultado desejado. Apresenta um momento importante para o centro pensar sobre a sua missão, identificando e relacionando as atividades prioritárias para o ano em exercício, tendo em vista os resultados esperados. A prioridade está centralizada em ações que garantam a melhoria da qualidade de vida dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O plano de ação deixa claro tudo que deverá ser realizado, como e quando, para o cumprimento de seus objetivos e metas. Quanto a sua execução envolve mais de uma pessoa e deve esclarecer quem será o responsável por cada ação, para evitar possíveis dúvidas, deve ainda esclarecer, os porquês da realização de cada ação e onde serão feitas.

O objetivo a ser alcançado pelo plano de ação precisa do acompanhamento de todos os envolvidos. Quanto maior a quantidade de ações e pessoas envolvidas, mais necessário e importante é ter um Plano de Ação. E, quanto melhor o Plano de Ação, maior a garantia de atingir a meta. Nesse sentido, os profissionais do CAEE construíram um plano de ação conforme as demandas específicas de acordo com a geografia e cultura local. Entre as ações do plano encontra-se o planejamento das ações pedagógicas dos professores como ajuda e assessoramento no planejamento de avaliações, formação aos docentes e demais funcionários das áreas afins.

O assessoramento aos docentes que enfrentam dificuldades de aprendizagem significativas com seus alunos, identifica e desenvolve ações voltadas para uma ação inclusiva, acompanhando a elaboração das fichas avaliativas, atendimento e acompanhamento especializado às famílias e comunidade em geral, atendimento e acompanhamento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, observação das diferentes formas de aprender.

O Plano Político Pedagógico (PPP) do CAEE visa compor uma perspectiva estratégica e pedagógica em sua dimensão filosófica de atuação. É uma ferramenta gerencial que auxilia a instituição a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras concretas, a decidir o que fazer para

alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e a avaliar o próprio desempenho.

O PPP é diferente de planejamento pedagógico. É um conjunto de princípios que norteiam a elaboração e a execução dos planejamentos, por isso, envolvem diretrizes mais permanentes, que abarcam conceitos subjacentes à educação como conceitos Antropológicos: relativos à existência humana, conceitos Epistemológicos: aquisição do conhecimento, conceitos sobre valores: pessoais, morais, étnicos e políticos: direcionamento hierárquico, regras.

O PPP é um documento que configura a identidade desta Instituição, com medidas que definem os pressupostos, as finalidades educativas e diretrizes gerais da proposta pedagógica da Instituição. Ele é visto com ações permanentes identificáveis para se atingir os objetivos preestabelecidos. É a projeção do desejo de criatividade, qualidade e integração das coisas, das pessoas com toda a experiência e prontas para uma grande realização. O PPP reflete a concretização de um conceito que busca a realidade tendo como base nos aspectos culturais e pedagógicos local. Ele contém os fundamentos e princípios que garantem o Centro de Atendimento Educacional Especializado, a identidade que pretende consolidar a prática pedagógica. Eis o grande desafio deste projeto; educação de uma comunidade heterogênea que busca o Atendimento Educacional Especializado como meio de ascensão social e cultural.

A elaboração de documentos para condução dos atendimentos foi realizada de forma que o usuário do CAEE pudesse ser acompanhado de forma periódica e permanente. Cada profissional construiu sua ficha de avaliação e de acompanhamento individual sendo compartilhado posteriormente por todos os técnicos que realizavam o atendimento institucional. As fichas de avaliação são um instrumento de apreciação sistemática e de acompanhamento do desempenho de alunos no exercício das suas ações que contribuem para o seu desenvolvimento futuro. É um processo pelo qual a organização identifica em que medida o desempenho de cada o aluno que frequenta o CAEE contribui para satisfazer os objetivos estratégicos e atingir os resultados das ações terapêuticas propostas.

A avaliação pode ser definida como uma interação entre o profissional e o aluno, em que o trabalho desenvolvido ao longo do ano é analisado e discutido por ambas as partes a fim de identificar os aspectos positivos e negativos do

desempenho e encontrar oportunidades de desenvolvimento e melhoria escolar, proporcionando ao notado a possibilidade de saber sempre o que se espera do seu desempenho. Assim, este processo deve ser encarado como um acompanhamento contínuo, onde dar e receber “*feedback*” (retroalimentação) constitui o essencial do percurso que culmina no momento final da notação.

1.7 Reunião com pais, associação, visitas domiciliares e inauguração

No período de dois meses a equipe técnica do CAEE fez as visitas domiciliares na zona rural e praiana em todo o município, onde foi realizado o levantamento real das famílias que iriam ser atendidas pela instituição. Além desse levantamento aconteceu o agendamento para a avaliação diagnóstica e cadastramento. Após a apuração da demanda foi realizada uma reunião com a equipe multiprofissional para organizar os atendimentos definindo quantidade de atendimentos por pessoa durante a semana e horários como a agenda mensal de atendimentos. Foi feito também um levantamento por deficiência para traçar um plano de atendimento por cada especialidade respeitando as limitações de cada pessoa e suas habilidades.

Com os trabalhos articulados começaram a preparação para inauguração do CAEE que aconteceu no mês de Abril de 2009. Este dia foi marcado como um dos dias mais importantes para Maracanã, pois as pessoas com deficiência passaram a ter seu espaço e direitos garantidos pela Constituição Federal.

No período de três meses, desde o dia da inauguração, os atendimentos foram voltados para avaliação diagnóstica, aonde as pessoas recebiam do técnico que avaliou encaminhamentos para investigação de possíveis patologias clínicas ou deficiências. Neste mesmo período foram feitos os cadastros das pessoas que iriam usufruir dos serviços oferecidos pela instituição além dos agendamentos dos atendimentos por cada profissional de acordo com a necessidade da pessoa.

A Educação é prioridade de todos os seres humanos, por isso, faz-se necessário estabelecer metas para serem cumpridas em um espaço de curto, médio e longo prazo onde a Instituição acompanhe de forma gradativa as verdadeiras necessidades educacionais especiais na inclusão escolar. Para que a Instituição alcance esses objetivos, vale ressaltar a importância de que os profissionais façam

adequações necessárias para que sua clientela seja capaz de aprender de acordo com suas especificidades garantindo seus direitos e deveres de liberdade e igualdade.

Coerente com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Instituição tem como meta prioritária o desenvolvimento global do aluno, e para que isso ocorra, faz-se necessária integração entre educação, cultura, saúde e assistência social, não se restringindo às questões teóricas, mas que se concretizem numa Instituição, na qual a comunidade em que está seja capaz de formar uma sociedade mais justa e preparada promover mudanças.

Este é um projeto que não se encerra aqui. É preciso ser analisado e discutido anualmente, sempre que necessário. A proposta é construir e manter uma Instituição de qualidade (um centro de informações e oficinas de aprendizagem) inserida nos novos tempos, e que aponte para a reflexão constante do conceito de educação, saúde e assistência social, que esteja sempre conectada com a sociedade, consciente de seus desafios, formadoras de indivíduos capazes de aprender e cômico de seus direitos e deveres de liberdade e igualdade perante a sociedade.

O Projeto Político Pedagógico do CAEE assume um compromisso com a conscientização, transformação sociocultural da comunidade, concordando com o fato de que a educação, saúde e assistência social são prioridades e que a diversidade regional não se configura como barreira para as propostas e ações pedagógicas inovadoras. Com a implantação do CAEE, pode-se avaliar que houve grandes avanços no processo da educação inclusiva no município.

Diante do processo de implantação do CAEE observaram-se etapas prioritárias indispensáveis em torno do projeto de educação especial e inclusiva para os(as) alunos(as) regularmente matriculados(as) no ensino básico do município. Pontos importantes como o diálogo coletivo com os atores sociais diante a realidade do município e seus gestores para um objetivo em comum que era dar visibilidade política às pessoas com deficiência na localidade.

Outro elemento importante foi à representação municipal na II Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, pois a partir daí surgiram às propostas locais para a construção de um Centro para atendimento a pessoas com

deficiência. Com isso, iniciaram-se as articulações com as Secretarias de Saúde e Educação, bem como a construção dos documentos norteadores que trouxe os aspectos pedagógicos e filosóficos do Centro. Diante disso, discorrer sobre o processo de implementação caberá mergulhar nos detalhes de seus atendimentos como ações, fluxo de atendimento, profissionais envolvidos e a proposta pedagógica e terapêutica para alcançar os objetivos da proposta do centro e da garantia dos direitos das pessoas com deficiências no município.

2 ETAPAS DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A partir da implantação do Projeto do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível municipal, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortaleceu-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados(as) para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na busca de enfrentar esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, o CAEE, chama a atenção do município para os altos índices de jovens sem escolarização. Com isso traz como objetivo transformar o sistema de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990)⁹ alertou para os principais referenciais que enfatizam a educação de qualidade para todos, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e da implementação de ações voltadas para a universalização do acesso na escola no âmbito da educação fundamental, a oferta da educação infantil nas redes públicas de ensino, a estruturação do atendimento às demandas de alfabetização e da modalidade de educação de jovens e adultos, além da construção da gestão democrática da escola.

No paradigma da inclusão, ao afirmar que todos se beneficiam quando as escolas promovam respostas às diferenças individuais de estudantes, são impulsionados os projetos de mudanças nas políticas públicas. A partir dos diversos movimentos que buscam repensar o espaço escolar e da identificação das diferentes formas de exclusão, geracional, territorial, étnico racial, de gênero, dentre outras, a proposta de inclusão escolar começa a ser gestada neste município.

⁹ PNUD/UNESCO/UNICEF/BANCO MUNDIAL. Declaração sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: 1990 (versão portuguesa). UNICEF, Brasília, s.d.

Esta perspectiva conduz ao debate sobre os rumos da educação especial no município, tornando-se fundamental para a construção de políticas de formação, financiamento e gestão necessárias para a transformação da estrutura educacional. Dessa forma, assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os estudantes, concebendo a escola como um espaço que reconhece e valoriza as diferenças. A proposta de um sistema educacional inclusivo passa, então, a ser percebida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político-pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.¹⁰

De acordo com essas Diretrizes, o CAEE em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), envolve a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas de forma intersetorial. A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) preconiza em sua organização a implantação da sala de recursos multifuncionais, a elaboração do plano de AEE, professores para o exercício da docência no AEE, Psicopedagogo, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Assistente Social, Psicólogo, Educador Físico e aqueles que atuam em atividades de apoio.

Desta forma, o desenvolvimento do sistema de educação especial e inclusiva das escolas é compreendido como uma perspectiva ampla de reestruturação da educação, que pressupõe a articulação entre o CAEE e o ensino comum. Assim, entende-se que esta é a função primordial do Centro de Atendimento Educacional Especializado valorizando a elaboração, a disponibilização e a avaliação de estratégias pedagógicas, de serviços e recursos de acessibilidade para a promoção efetiva do direito de todos à educação.

2.1 Início das atividades Pedagógicas, Psicossociais e Clínica-Terapêutica

As atividades tiveram início no dia 14 de Abril de 2009, onde aconteceram os processos avaliativos psicossociais, pedagógicos e clínico-terapêuticos conforme as necessidades de cada usuário. No âmbito pedagógico, psicossocial e clínico-terapêutico iniciou-se um planejamento individual, onde foi verificada a

¹⁰ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

caracterização do aluno, em seu processo de aprendizagem, identificação do conjunto de Necessidades Educacionais Especiais, adaptações de grande e de pequeno porte necessárias para atender a clientela e explicitação clara e objetiva das metas.

Após o planejamento individual foi realizado as avaliações no processo de cooperação entre pais, professores e profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Aos pais coube a função de observação e participação nos objetivos traçados; os professores tiveram a incumbência de observar e participar do planejamento educacional individualizado e aos demais profissionais coube à avaliação processual dialógica nas diferentes áreas do conhecimento.

De acordo com as avaliações realizadas, o CAEE passou a tomar decisões políticas relacionadas à escolarização de alunos com Necessidades Educacionais Especiais. O planejamento estratégico das ações possibilitou o acesso e permanências desses alunos na rede regular de ensino no município. Algumas ações foram consideradas de grande importância para efetivação e decisão dessas políticas como a realização de cursos de Formações Continuidas aos professores da rede regular de ensino, implementação e adaptações curriculares de grande porte como a garantia da acessibilidade, aquisição de instrumentos, bem como equipamentos e materiais didáticos. Levando em consideração todas as informações obtidas nesta primeira etapa inicia-se o atendimento especializado de acordo com a realidade de cada usuário e suas necessidades específicas. Cada profissional do CAEE tem seu Plano de Ação que norteia toda sua ação dentro da Instituição.

Cada profissional, dentro de suas especificidades identificou áreas de potencialidades do aluno. No que diz respeito ao atendimento pedagógico caberá ao professor de AEE trabalhar a partir das áreas de habilidades; planejar o ensino individualizado; verificar efeito de sua ação pedagógica (autoavaliação do trabalho desenvolvido); promover os ajustes necessários; versatilidade na conduta pedagógica; flexibilidade na utilização no espaço físico, materiais e equipamentos; estimular potencialidade; transformar a sala de aula em um ambiente acolhedor, instigante, favorável ao aprendizado, de forma que, os alunos possam superar suas dificuldades; atender o aluno preferencialmente no horário inverso da sala de aula, individualmente ou em grupo até de cinco alunos, incluindo aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem; confeccionar material lúdico-pedagógico como

estímulo a aprendizagem do aluno; estabelecer troca de informações com o professor da sala de aula comum acerca do processo de aprendizagem dos alunos; construir de forma coletiva (professor de sala de recursos, professor da sala de aula comum, CAEE e regente), promover adaptações curriculares aos conteúdos e avaliação; preparar relatório diário (preferencialmente) sobre o desenvolvimento do processo de aprendizagem do aluno na sala de recurso e sala de apoio pedagógico; planejar as atividades observando as necessidades de cada aluno.

Ainda no atendimento pedagógico, o Psicopedagogo é o profissional que reunindo conhecimentos de várias áreas (pedagógica, psicológica, sociológica, linguística, filosófica), torna-se habilitado a lidar com fenômenos relativos à aprendizagem e/ou as dificuldades de aprendizagem que podem ser remediáveis ou prevenidas. Sua formação é multidisciplinar e assentada em diversas ciências.

Sob o ponto de vista pedagógico compreende os processos de aprendizagem voltados às tendências e teorias pedagógicas, suas contribuições para cada época e modelo de sociedade, utilizando em sua práxis o construtivismo, presente na pedagogia pós-moderna; no âmbito da psicologia compreende os processos do desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor, emocional e pessoal do ser humano, nas relações Inter e intrapessoal em que o mesmo se insere; sua formação filosófica permite-lhe a compreensão das ideias de homem, de sociedade e educação implícitas nas tendências e teorias pedagógicas, bem como a formação cultural de cada sociedade nos diversos tempos da história.

Nessa perspectiva caberá ao Psicopedagogo condições de análises e reflexão sobre o papel de cada um no processo de ensino e aprendizagem, sendo os mesmos agentes deste processo; abertura para que as situações de ensino sejam percebidas e organizadas de acordo com o desenvolvimento dos alunos, utilizando estratégia de ensino-aprendizagem adequada a cada fase de desenvolvimento cognitivo; orientando toda equipe escolar na escolha e elaboração dos objetivos educacionais, na construção do Projeto Político Pedagógico e nos mecanismos de avaliação a serem usados.

Deve também atender e assistir alunos com dificuldades de aprendizagem e oferecer o prognóstico das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelo aluno aos profissionais das áreas específicas para cada tratamento (oftalmologista/psicólogo/fonoaudiólogo/neurologista). Além de elaborar e participar

diretamente de reuniões pedagógicas orienta e capacita pais e profissionais da educação através de debates, palestras e cursos.

No atendimento psicossocial (Psicológico/Assistente Social) caberá realizar registro, anamnese e triagem das famílias, identificar os fatores psicossociais existentes no âmbito familiar, psicodiagnóstico, psicoterapia individual e grupal, dinâmica de grupo, alunos com desvios de personalidade, indisciplina, situações emocionais e afetivas, dificuldades de relacionamento entre outras.

Promover quando necessário atendimento às famílias, orientando-as a superar os problemas com a escola ouvindo o histórico da família criando vínculos de compromisso entre escola e família; atendimento individualizado e familiar com sessões psicoterápicas no que se refere à relação familiar, visando verificar de que maneira antecedentes psicossociais, pessoas ou familiares podem estar interferindo no estado emocional dos mesmos com dificuldades de aprendizagem ou das pessoas com necessidades educacionais especiais; sensibilizar, mobilizar e informar; facilitar o acesso à rede municipal e intermunicipal; elaboração de produtos para geração de renda; brincar, pintar, colagem, jogos e outras atividades lúdicas educacionais.

No atendimento fonoaudiológico caberá anamnese (primeiro contato com a família do aluno, onde são coletados dados da família com relação à escola, etc.); realização de avaliações de novos alunos e reavaliações dos antigos, traçando objetivos terapêuticos individuais; trabalhar os aspectos do processo de saúde vocal e disfônicas; orientação de condutas (com a finalidade de ter um bom prognóstico, faz-se necessário que os pais e professores desempenhem uma boa conduta, com base em orientações profissionais); realização de avaliações e acompanhamento fonoaudiológico voltados ao aluno e à comunidade em geral que utilizem à linguagem oral; realização de avaliação e acompanhamento fonoaudiológico voltados ao portador de síndromes e outras patologias neurológicas; discussão de casos (técnicas mais adequadas para o trabalho com o aluno e as dificuldades encontradas); audiologia educacional (incluir o deficiente auditivo/surdo na sociedade através do estabelecimento de um tipo de comunicação, seja ela oral, bimodal ou libras, considerando as características de cada usuário, visando o desenvolvimento de sua linguagem); audiologia clínica (possibilitar ao deficiente auditivo/surdo a adaptação de AASI com finalidade a amplificação sonora da forma

mais adequada, facilitando e educação, o desenvolvimento psicossocial e intelectual e sua inclusão na sociedade).

No atendimento do Terapeuta Ocupacional caberá acolhimento (avaliar e identificar as necessidades do cliente); atendimento ambulatorial no CAEE (reabilitação física, reabilitação cognitiva, estimulação da independência nas atividades de vida diária, favorecimento do processo de aprendizagem minimizando os déficits ocasionados pela patologia); identificação dos riscos ambientais e/ou sociais; avaliação do desempenho ocupacional nas atividades de vida diária; orientação familiar; conhecer/identificar as necessidades do cliente no ambiente escolar, bem como dos fatores que podem estar dificultando sua aprendizagem e/ou interferindo no seu desempenho escolar; orientar os docentes; atendimento terapêutico ocupacional a comunidade rural; informar e sensibilizar a comunidade com relação às pessoas com necessidades especiais e outros temas de acordo com a necessidade; envolvimento da comunidade com as ações do CAEE proporcionando momentos de socialização, construção e aprendizagem.

Por fim, no atendimento fisioterapêutico caberá prevenção e reabilitação dos alunos(as) e comunidade externa; favorecimento das adaptações no ambiente escolar; identificação dos benefícios da fisioterapia educacional na criança com necessidade especial; reabilitação neurológica e traumatológica; discussão dos casos clínicos. Esses atendimentos são realizados duas vezes por semana de forma individualizada ou em grupo de até cinco alunos(as) com duração de no mínimo 40 minutos conforme a demanda.

2.2 O processo de Educação Inclusiva e a diversidade

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas. Segundo Correia (1999) na Idade Antiga, na Grécia considera-se um período de grande exclusão social, pois crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chance ou direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiência eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, perseguidas e mortas. Assim, muitas vezes as famílias preferiam escondê-las e assim, privá-las da vida comunitária e social.

A ideia de promover aos filhos(as), qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum. Conforme Jannuzzi (2004), no Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais.

No século XX, a questão educacional foi se configurando, mais pela concepção médico-pedagógica, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Segundo Mazzotta (2005), com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começaram a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil.

Ainda de acordo com Mazzotta (2005) é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às Pessoas com Necessidades Especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: a marginalização que gera atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que suscita uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população; o assistencialismo que é marcado por um sentimento filantrópico, paternalista e humanitário, que buscava apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos; educação/reabilitação são atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Sasaki (2006) explica que no processo de inclusão/integração educacional existem quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão: Fase de Exclusão: período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais; eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade. Fase da Segregação Institucional: neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas, foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação. Fase da

Integração: algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência; os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade. Fase de Inclusão: todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos são os que devem ser adaptados aos alunos(as), conforme suas necessidades e especificidades.

No Brasil a apropriação do discurso favorável à inclusão foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde o final da década de 1940, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹¹, tomando maior impulso a partir dos anos 1990 em favor da implantação das reformas neoliberais.

Segundo Paiva (2013) a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Tratar-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade do aluno(a). É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos(as), em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos(as). De acordo com Cloud (2000) a prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas nas estruturas e no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores(as) e nas relações família-escola. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade inclusiva.

O ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, a qual se apresenta numa grande variedade de formas, incluindo escolas especiais, unidades pequenas e a integração das crianças com apoio especializado. O ensino especial é desde sua origem um sistema separado da educação das crianças com

¹¹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

deficiência, fora do ensino regular, baseado na crença de que as necessidades das crianças com deficiência não podem ser supridas nas escolas regulares. Existe ensino especial em todo o mundo sejam em escolas de frequência diária, internatos ou pequenas unidades ligadas à escola de ensino regular.

Muito se fala em Educação Especial Inclusiva, mas nem sempre temos uma noção correta a seu respeito. Julgamos bastante apropriado o seguinte conceito de Educação Especial: “Conjunto de medidas e recursos humanos e materiais que a administração educativa coloca à disposição dos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais: pessoas com algum tipo de deficiência, carência, disfunção ou incapacidade física, psíquicas ou sensoriais, que lhes impeça um adequado desenvolvimento e adaptação” (Ezequiel Ander-Egg, 1997).

Segundo Pereira, a Educação Especial engloba uma imensa diversidade de necessidade educativa especial, assim como uma equipe multidisciplinar, composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento mais adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social.

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio para o Centro de Atendimento Educacional Especializado, visto que, este sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, abalizado e ‘justificado’ na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Assim, a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de alguns grupos, legitimando um processo de exclusão através de suas políticas e práticas educacionais, que reproduzem a ordem social. Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Desta forma, o CAEE traz o movimento de inclusão como premissa básica, propiciar a Educação para todos(as), uma vez que, o direito do(a) aluno(a) com necessidades educacionais especiais e de todos os(as) cidadãos(ãs) à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. Numa comparação entre a legislação e a realidade educacional dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais no município, à inclusão no ensino regular se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente, embora ainda não ofereça nem garanta condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A garantia de uma educação de qualidade para todos(as) implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos(as) alunos(as) é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde à escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do(a) aluno(a), buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos(as) seus(suas) alunos(as).

Considerando que cada aluno(a) numa escola, apresenta características próprias, valores e informações que os(as) tornam únicos(as) e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio das escolas deste município atualmente é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino/aprendizagem.

Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento;

intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos(as) alunos(as).

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologia e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio para o CAEE, fazer com que a inclusão ocorra, sem esquecermos que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, mas também, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores(as) do ensino regular deste município é grande e significativa para desenvolver estratégias de ensino diversificado. No entanto, cabe ao(a) aluno(a) com necessidades especiais está na escola e encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível. Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos(às) professores(as) realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos(as) envolvidos(as) no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas), possíveis de serem aplicadas.

Constataram-se após algumas visitas realizadas pelos(as) profissionais do setor pedagógico do CAEE que os(as) professores(as) expressaram várias dificuldades envolvidas nesse processo, destacando-se a falta de formação específica do(a) professor(as); a falta de infraestrutura e recursos materiais das escolas; a dificuldade de comunicação ao ensinar; a dificuldade em planejar e a falta de conhecimento em relação às necessidades educacionais especiais. De modo geral, os professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade do alunado presente em uma classe inclusiva, sobretudo com os(as) que apresentam uma deficiência ou dificuldade de aprendizagem que exigem maior grau de adaptação curricular.

Sabemos que a atitude do(a) professor(a) é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão do(a) aluno(a) com

deficiência na escola regular. Como podemos perceber, nas práticas do dia-a-dia nas nossas escolas, não basta determinar legalmente a inclusão para que aconteça, pois é um processo que deve fornecer aos(as) alunos(as) com deficiência ou outras necessidades, uma educação com o máximo de qualidade e eficácia, no sentido do desenvolvimento e da satisfação das suas necessidades individuais. Isto é, um processo, em que sejam oportunizadas aos(as) alunos(as), condições de se desenvolver e progredir não só em termos educacionais, mas também para o alcance de uma autonomia pessoal, social e econômica.

Desta forma, a inclusão exige não só do(a) professor(a), mas das escolas uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos(as) os(as) alunos(as) e o máximo de acesso aos que têm necessidades educacionais especiais. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os(as) alunos(as) com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao(a) professor(a) e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

2.3 Ajustes na proposta pedagógica e dificuldades encontradas

São muitas as propostas de avanço em direção à construção de uma concepção de cidadania voltada para o desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para o exercício desta cidadania. Esta concepção, em torno da qual os profissionais do CAEE, têm trabalhado, encontra-se contemplada na Constituição de 1988, que reafirma a Educação como direito de todos(as) e dever do Estado e da família, a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade. Nesse sentido, o compromisso de garantir o acesso, a permanência e a efetiva aprendizagem dos(as) alunos(as) deve permear todo o processo de retomada na construção do projeto pedagógico da escola.

A LDB, recentemente promulgada, evidencia a necessidade de desburocratizar a Educação, promovendo a descentralização do sistema e imprimindo maior autonomia aos estados, municípios e às escolas. Essas medidas facilitarão o alcance de alguns objetivos, como: promover a integração do(a) aluno(a) na rede cultural e tecnológica da atualidade, à medida que procura oferecer condições que potencializem as capacidades individuais e disponibilizem recursos para uma escola mais eficaz.

Visando essa integração, o CAEE trabalha junto com a escola na promoção de amplas condições e oportunidades de aprendizagem para o avanço nos cursos, nas séries, nos ciclos, escolas de tempo integral, capacitação de profissionais da Educação, aceleração, estudos de recuperação e maior autonomia das escolas de Ensino Básico no município. Ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de propiciar a todos a formação básica comum, confere maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares. Coloca-se também para o(a) professor(a) a necessidade de aprendizagem contínua, que lhe possibilite acompanhar a dinâmica do movimento científico e cultural em que está inserido, para que dele possa participar e nele interferir.

A construção da proposta pedagógica exigiu uma reflexão da equipe escolar junto à equipe multiprofissional do CAEE para avaliar as ações planejadas e desenvolvidas ao longo do período previsto. O grupo reuniu-se para identificar as dificuldades encontradas e não resolvidas, pensando as possíveis ações que possam minimizá-las. Também, retomou as ações que se revelaram positivas, a fim de redirecioná-las, favorecendo a concretização do projeto pedagógico das escolas municipais.

Assim, a construção da proposta pedagógica, além da retomada do trabalho já desenvolvido, promoveu o estudo e a reflexão contínua sobre as experiências acumuladas para a definição de outras metas, de novos pontos de chegada e de metodologias diferenciadas que contribuirão para o sucesso da escola.

A escola tem a função de criar condições para que todos(as) os(as) alunos(as) possam ampliar o conhecimento, desenvolver as habilidades necessárias para a compreensão da realidade e para a participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas. É nessa perspectiva que as escolas do município de Maracanã estão desenvolvendo o seu plano de trabalho. Neste momento, surge a necessidade do CAEE em auxiliar a discussão no coletivo da escola para a retomada do seu projeto pedagógico.

Assim, apresentamos como sugestão: O levantamento dos pontos fundamentais, em torno dos quais se desenvolverá o plano de trabalho, pode ser desencadeado a partir da análise sobre a real situação de aprendizagem dos(as) alunos(as), uma vez que é em torno do desenvolvimento deles que giram as ações da escola.

Desta forma, torna-se essencial considerar os dados de permanência e desempenho dos(as) alunos(as), disponíveis a partir dos diferentes instrumentos utilizados para a avaliação, tanto do ponto de vista qualitativo como do quantitativo; o diagnóstico da situação real de desempenho dos(as) alunos(as) e, conseqüentemente, a definição do ponto de partida para o trabalho a ser desenvolvido com vistas a alcançar as metas consideradas prioritárias pelo coletivo da escola; após a identificação das necessidades das crianças e dos(as) jovens, os(as) educadores(as) podem procurar desenvolver o trabalho de maneira flexível, dentro de um padrão metodológico que mobilize interesses, ative a participação, desafie o pensamento, instale o entusiasmo e a confiança, possibilite acertos, valorize os avanços e melhore a autoestima.

Uma proposta pedagógica, como expressão clara e objetiva dos valores coletivos assumidos, deve contemplar as prioridades estabelecidas pela equipe, a partir das necessidades elencadas, da definição dos resultados desejados, incorporando à autoavaliação no desenvolvimento do trabalho. É a característica não específica e não generalizável da proposta pedagógica que lhe confere a natureza de algo não definitivo, solicitando constantemente o conhecimento das ações desenvolvidas pelos(as) professores(as) das diversas áreas, pelos(as) coordenadores(as) pedagógicos(as) e demais integrantes da equipe escolar, servindo de base para o diálogo e reflexão do grupo e para a participação da comunidade.

Cabe, portanto, à própria escola, em sua proposta pedagógica, definir suas necessidades e conveniências. Na verdade o coletivo da escola que vai definir todos os seus passos: objetivos, metas, meios, recursos, estratégias e critérios. Não se pode esquecer que a elaboração da proposta pedagógica será o exercício de autonomia, que será maior à medida que aumentarem a participação e o envolvimento do coletivo de educadores da escola.

3 RELAÇÕES INTERSETORIAIS E PARCERIAS REALIZADAS PARA UM PROJETO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA JUNTO AO CAEE

O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) atualmente apresenta-se como uma das instituições referências em atendimento multidisciplinar no município. A construção de sua referência é pautada na qualidade e comprometimento de seus técnicos(as) e equipe de apoio, incorporando elementos éticos de fundamental importância na esfera do atendimento ao público no município, de acordo com a Política Nacional de Humanização (PNH); acolhimento, orientação e/ou encaminhamento. O acolhimento é concebido como a recepção do(a) usuário(a) desde a entrada, responsabilizando-se integralmente por ele(a), ouvindo seu problema, permitindo que ele(a) expresse suas preocupações e angústias garantindo atenção resolutiva e articulação com outros serviços de saúde para continuidade da assistência quando necessário¹².

Na orientação e/ou encaminhamento, os(as) usuários(as) do serviço, após seu acolhimento são orientados(as) sobre suas demandas e encaminhados(as) para o serviço pelo qual suas demandas aparecem. Ao encaminhar esse(a) usuário(a) para outros serviços, encontra-se uma perspectiva de composição e conhecimento de uma rede de serviço no município. Esse entendimento de rede de serviços colaborativos para os(as) usuários(as) favorece a resolução de dificuldades e limitações imposta pela delimitação do serviço ofertado pelo CAEE através da educação.

A partir da construção de um novo paradigma para educação é apresentado pelo Ministério de Educação, a nova PNEEPEI que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais para a garantia dos direitos dos(as) alunos(as) com necessidades especiais nas instituições de ensino. Nesse modo, a política visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos. Entre esse novo paradigma, a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva aponta uma conceituação de necessidades educacionais especiais como um elemento que passa a ser amplamente disseminado a partir da Declaração de Salamanca, ressaltando a interação das características individuais dos(as) alunos(as) com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com

¹² BRASIL. Ministério da Saúde. Humaniza SUS - Acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético - estético de fazer em saúde. Brasília, 2004.

uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos(as) os(as) alunos(as) e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo¹³.

Entre os objetivos da política estão o acesso, a participação e o aprendizado do(a) aluno(a) com necessidades educacionais especiais garantindo a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Ainda segundo a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva:

Para assegurar a intersetorialidade na implementação das políticas públicas a formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça¹⁴.

A política aponta para a necessidade fundamental do conhecimento no setor de educação sobre novas perspectivas de gestão na construção de parcerias para garantir a acessibilidade e outros direitos básicos e fundamentais conquistados na Constituição Federal de 1988. Entre as parcerias constituídas pelo centro estão as Secretarias de Saúde, Assistência Social, Agricultura, Cultura e Transportes. Tais parcerias foram incorporadas no conjunto de ações do centro, pois, além dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais, o município comporta diversos casos que necessitam de atendimento médico ambulatorial pela unidade de saúde, proporcionando assim um bom prognóstico, realização de exames e um diagnóstico preciso em cada especificidade de suas patologias.

Os projetos que são desenvolvidos no centro exigem uma articulação com as Secretarias de Agricultura, Assistência, Saúde, Cultura, Turismo e Lazer. Esses projetos têm uma relação direta entre o espaço de convivência dos(as) alunos(as) e a própria comunidade enquanto espaço de pertencimento social, cultural e econômico (trabalho). Com isso, nesse capítulo procurou-se identificar as secretarias

¹³ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

¹⁴ BRASIL, 2007, p. 12.

pelas quais compõem a rede e como essa parceria é realizada conforme estão apresentadas nos relatórios semestrais do CAEE de 2013¹⁵ e 2014.¹⁶

O CAEE ao longo do tempo estreitou relações institucionais e parcerias de fundamental importância para o encaminhamento e acompanhamento dos(as) usuários(as) desse serviço para outros municípios vizinhos de Maracanã. Esses encaminhamentos tem em vista contemplar o grande quantitativo de alunos(as) e familiares atendidos pelo centro que necessitam de outras especialidades médicas para o complemento do diagnóstico dos(as) alunos(as) com suas necessidades específicas. Esses dados foram coletados pela equipe técnica do Centro que ao realizar um diagnóstico institucional obteve uma dimensão exata considerando o quantitativo de alunos(as) e usuários(as) frequentes.

Conforme o mapeamento semestral do relatório de 2013, o CAEE percebeu a importância da formação de uma rede articulada para dar conta de cada demanda específicas dos(as) usuários(as). O Centro realiza em média 110 atendimentos por dia, entre atendimentos individuais e em grupo. Em julho, o mapeamento identificou um registro total de 660 usuários(as) atendidos(as) pelos(as) técnicos(as) do CAEE. Esses dados são de alunos(as) regularmente matriculados(as) na rede pública de ensino com algum tipo de necessidade educacional especial e demandas da saúde que não se configuram público alvo da PNEEPI. Porém, por conta da referência institucional o CAEE acaba por acolher demandas outras como os atendimentos de saúde mental realizado pelos(as) psicólogos(as) do CAEE.

Outro dado global importante de ser registrado é o de atendimento por especialidade na instituição. Esse dado mostra a quantidade de usuários(as) do serviço por especialidade, bem como áreas específicas do Centro mais demandada pelos usuários(as) do serviço. De acordo com a tabela 1, podemos observar a quantidade de atendimentos por especialidade.

¹⁵ BARRETO, Robenilson Moura. Relatório das Atividades do Planejamento semestral do Centro de Atendimento Educacional Especializado “Luiz Carlos da Costa Araújo”. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Relatório. Maracanã, 2013. Relatório digitalizado.

¹⁶ II RELATÓRIO das Atividades do Planejamento Semestral do Centro de Atendimento Educacional Especializado “Luiz Carlos da Costa Araújo”. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Relatório. Maracanã, 2014. Relatório digitalizado.

Tabela 1

Atendimentos no CAEE - 2013	
Especialidades	Atendimentos
Assistência Social	154
Atendimento Educacional especializado - AEE	117
Fisioterapia	237
Fonoaudiologia	51
Psicologia	326
Psicopedagogia	170
Terapia Ocupacional	202

Fonte: Relatório Semestral do CAEE.

Diante da tabela exposta observa-se que o CAEE realiza Atendimento Educacional Especializado e multiprofissional com fins a garantir atendimentos que conceba o(a) aluno(a) em sua totalidade biopsicossocial e principalmente voltado à eliminação das barreiras do processo de escolarização e com necessidades educacionais especiais. Entre os dados não consta os atendimentos médico/clínico que atualmente são encaminhados para o posto de saúde através do Centro.

Essa contabilidade de atendimento torna-se importante na parceria com a Secretária Municipal de Saúde enquanto criação de um atendimento específico e implantação de políticas públicas para essa população específica. Outro registro importante a ser realizado é os encaminhamentos de exames e consultas para os municípios pactuados de modo que viabilize a regulação e o controle dos mesmos de forma pontual e articulada com a Secretaria de Saúde.

A construção de uma rede intersetorial requer grandes esforços e a compreensão de espaços e sujeitos no sentido de coletividade. Assim, a definição de alguns conceitos trará a luz da pesquisa uma ampla compreensão sobre a constituição da rede intersetorial.

A concepção de uma rede conforme Teixeira¹⁷ surgiu como uma proposta de intervenção capaz de tecer uma nova abordagem no enfrentamento das demandas da população, baseada na troca de saberes e práticas entre o Estado, as empresas privadas e a sociedade civil organizada. A sua disseminação na atualidade está relacionada com múltiplos fatores, cujos reflexos incidem diretamente na forma de gerir as políticas públicas.

Dentre os fatores que contribuíram para a sua proliferação, destaca-se a globalização, cujas influências alteraram os processos produtivos em direção à flexibilização, à descentralização e à interdependência dos setores. Dessa forma, os diferentes campos (empresarial, políticas públicas, movimentos sociais e apoio social), abrangendo uma variedade de objetivos, instituições, atores e recursos envolvidos. Nesse cenário, o CAEE apresenta-se como elemento impulsionador de políticas públicas de educação especial e inclusiva junto às secretarias (gestão), alunos(as) e familiares no município. A constituição de uma rede municipal local, além de consolidar as ações entre as secretarias vem promovendo através do CAEE políticas públicas voltadas para um projeto de educação inclusiva entre os diversos níveis de políticas.

Junqueira¹⁸ revela que a ação em rede remete a uma interação de pessoas, de instituições, de famílias, de municípios e de estados mobilizados coletivamente em torno de uma ideia. Entendida como uma construção social, a rede depende da sensibilização e da organização coletiva dos atores sociais em torno de um objetivo comum que melhor seria viabilizado através da parceria. As concepções de rede remetem para a noção de interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação entre organizações governamentais e não governamentais. Portanto, na defesa do pluralismo de bem-estar social, da corresponsabilização de todos(as), na prestação de serviços sociais e na utilização dos recursos mobilizados por cada tipo de organizações.

No entanto, a concepção sobre o trabalho entre a gestão pública e os setores não-governamentais ainda se distanciam de uma realidade prática para ideia

¹⁷ TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. In: Congresso Internacional Del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 7, Lisboa, Portugal, 2002. Oct. p. 1-24.

¹⁸ JUNQUEIRA, L. A. P., INOJOSA, R. M. & KOMATSU, S., Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal do Brasil: A experiência de Fortaleza, Caracas: XI Concurso de Ensayos del CLAD, 1997.

de uma concepção efetiva de trabalho com a constituição de uma rede. A realidade do município de Maracanã não é diferente dos municípios pequenos que não encontra uma estrutura financeira adequada para o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais. A participação do controle social na fiscalização e criação de políticas apresenta-se muito tímida no que se pretende com a participação popular local.

Para tanto, as políticas públicas no contexto intersetorial leva os gestores aos maiores desafios na rede de serviços socioassistenciais. Caberia aos gestores(as) e colaboradores(as) participarem de ações continuadas para assim entenderem as necessidades da demanda territorializada, trabalhar planos e projetos agregados juntando as políticas existentes na esfera municipal. Portanto, as práticas intersetoriais aqui discutidas apresentam-se como grande relevância para a mudança de gestão governamental, no que diz respeito à desburocratização do Estado democrático de direito e a autonomia dos setores das políticas públicas como educação, saúde, previdência social, seguridade social, meio ambiente e assistência social. Com todos eles uma vez integrados há possibilidade de melhorias na partilha do poder e autonomia política dos cidadãos(ãs) que nelas se integram socialmente.

Para buscar o entendimento das fragilidades biopsicossociais das pessoas com necessidades educacionais especiais percebeu-se a indigência de uma articulação plena entre setores, as quais viessem atender dignamente o que precede no decreto nº 5.296/2004 ordenando a acessibilidade de atendimento prioritário de qualidade à pessoa com necessidades educacionais especiais. Diante das propostas externalizadas para a acessibilidade e segurança de tais pessoas, é que surge a proposta dos Centros de Inclusão para os(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais. Logo, os profissionais da educação municipal junto a sua gestão entenderam a importância da proposta de implantação do CAEE, haja vista que a demanda de pessoas com necessidades educacionais especiais no território maracanaense seja bastante expressiva.

A implantação do CAEE gerou não somente o atendimento aos(as) alunos(as) da rede de ensino, no sentido de inclusão de alunos(as) com necessidades educacionais especiais ao ensino regular, mas também se tornou referência de pesquisa e atuação para outros municípios. É notório que o Centro, a

cada dia necessita qualificar seus atendimentos à demanda recebida, e para isso surge à necessidade de desenvolvimento em trabalhos intersetoriais como estratégia de aprimoramento trocando e compartilhando práticas diante dos desafios encontrados para implementação das políticas públicas. Com efeito, a setorialização das demandas sociais desconsidera o(a) cidadão(ã) na sua totalidade e proporciona uma oferta de serviços públicos fragmentados. Neste sentido, as políticas públicas tem se tornado cada vez mais complexas, e tem preferido trabalhar com temáticas e não somente com setores, dada a multiplicidade de olhares, de experiências sobre a mesma questão.

O CAEE procura atender as demandas que surgem no cotidiano dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais dentro do que é ofertado nos serviços existentes, procurando organizar as ações internas para assim partir em busca de integração entre secretarias, é o que nos permite visualizar em análise documental.

Neste sentido, dividimos as propostas e ações dentro de seis categorias. Uma das categorias são os projetos que serão desenvolvidos pelos técnicos como uma nova proposta de dinâmica institucional, os eventos são atividades ligadas a alguma data comemorativa no semestre. As ações administrativas apresentam novos instrumentais para o uso da tecnologia da informação, as ações intersetoriais envolvem outras ações junto às secretarias e rede de apoio, a comunicação é a divulgação de novos instrumentos de divulgação e as atividades pedagógicas como realizações de vistas e criação de instrumental para cada escola.¹⁹

Observa-se então, que se faz necessário um setor que articule sua estabilidade primeira em programar uma rede interna, e para, além disso, quando foge a sua competência, aciona as demais secretarias do município como bem nos é posto ao que se entende como intersetorialidade.

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda forma de articulação dos diversos seguimentos da organização governamental e dos seus interesses.²⁰

A intersetorialidade então transcende a lógica da justaposição dos projetos realizados, acreditando na suplementação entre setores. Ao explorar esta dimensão,

¹⁹ BARRETO, 2014.

²⁰ JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997.

Junqueira²¹ visualiza na intersetorialidade a superação da fragmentação das políticas públicas, de modo que a população seja pensada em sua totalidade:

Nesta perspectiva, a intersetorialidade não é um conceito que engloba apenas as políticas sociais, mas também sua interface com outras dimensões da cidade, como sua infraestrutura e ambiente, que também determinam sua organização e regulam a maneira como se dão as relações entre diversos segmentos sociais.

O CAEE trabalha conceitos de inovações para o atendimento qualificado e vem desenvolvendo atividades conjuntas relacionando a integralidade dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais junto à comunidade. Essas ações inovadoras passam por diálogos com os gestores de outras secretarias e outros parceiros (Comunidade, ONG), com intuito de avaliar ações que apresentassem os(as) alunos(as) na sua totalidade, partindo do princípio de que, inseri-lo(a) ao âmbito escolar não bastaria na atualidade.

3.1 Articulações intersetoriais com a rede municipal de Maracanã

Após a realização do planejamento dos técnicos do CAEE foi proposta uma reunião junto às secretarias municipais de (Educação, Saúde, Assistência Social, Transporte, Agricultura e Cultura). A proposta da reunião foi de articular ações conjuntas para facilitar a comunicação e as ações entre as secretarias envolvidas. Com isso trabalhou-se com uma pauta conjunta para os secretários a fim de propor uma objetividade maior e um claro entendimento da reunião proposta. Entre as pautas propostas para as secretarias estavam ações voltadas para viabilização de projeto para articulações e parcerias desenvolvidas com outras secretarias municipais nas quais estão às Secretarias de Saúde, Educação e Assistência, além das de Agricultura, Cultura e Transportes.

O CAEE estabelece junto à Secretaria de Saúde uma das parcerias mais importantes para a continuidade do trabalho e da política de Educação Especial e Inclusiva em Maracanã. Dessa forma, apresenta inúmeras ações para garantia dos direitos dos(as) usuários(as), assim como um atendimento que contemplem o(a) usuário(a) em sua totalidade biopsicossocial. Em parceria com o Hospital Municipal de Maracanã atualmente acolhe as demandas psicossociais do município e dispõe

²¹ JUNQUEIRA, 1997, p.15.

seus(suas) técnicos(as) a serviço da Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na lei 10.216/01²² que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde. Tendo em vista a ausência do aparelho institucional Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) voltado a esta política, o CAEE e o Hospital Municipal de Maracanã sugeriram a formação de um Grupo de Trabalho para iniciar o processo de implantação do CAPS I – Maracanã.

Outra demanda importante é a articulação com o município de referência regional (Castanhal-PA) que garantida a pactuação de consultas apoiando em diversas ações. Entre elas o direito ao passe livre, o Tratamento Fora de Domicílio (TFD), os atendimentos com médicos(as) especializados(as) (neurologistas) e exames de ressonância magnética e tomografia. O processo de aquisição do Passe Livre de acordo com a lei n. 8.899/94²³ para alunos(as) com necessidades educacionais especiais do CAEE configura-se em mais um instrumento que garante direitos. Tais aquisições além de garantirem direitos facilita o transporte desses(as) alunos(as) a outros municípios com vistas a resolver questões pessoais e de saúde como preconiza a lei. Esse procedimento é realizado pela Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a Secretaria de Educação através do CAEE. Essas ações são fundamentais para o andamento cotidiano dessa demanda que é de extrema importância e que fortalece a garantia dos direitos desses(as) alunos(as).

O TFD, instituído pela Portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), é um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas. Grande parte dos(as) alunos(as) e usuários(as) do CAEE que tem algum tipo de necessidade educacional especial faz parte desses públicos no município.

O TFD consiste em uma ajuda de custo ao(a) usuário(a) do serviço de saúde, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem

²² BRASIL. Lei n. 10.216 de 06 de abril de 2001, Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10216.htm>. Acesso em: 23 dez. 2014.

²³ BRASIL. Lei n. 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiências. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

médica às unidades municipais de outro município ou Estado da Federação quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo. Assim, havendo possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes o benefício será disponibilizado. Destina-se a pacientes que necessitem de assistência médico-hospitalar cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva. Levado em consideração que o público do CAEE são usuários(as) de média complexidade entendemos que essa parceria torna-se de fundamental importância.

O CAEE realiza constantes visitas técnicas em Unidades de Saúde com o objetivo de conhecer a forma de atendimento dos(as) alunos(as) recebidos(as) pelo CAEE, aonde os(as) alunos(as) com demandas neurológicas realizam exames. Assim, verificou-se a pactuação entre o município de Maracanã e a clínica Medical. Nessa clínica, os(as) alunos(as) realizam exames neurológicos como tomografia e ressonância magnética. Contudo, a informação da gestão foi que a clínica não realizava exame de ressonância magnética em crianças com deficiência, pois não tinha médico anestesista especializado em crianças com algum tipo de necessidade especial. Na tomografia, existem profissionais que realizam a sedação da criança conforme a necessidade e especificidade do exame.

Contudo, foi esclarecido que a cota mensal de exames tomográficos para Maracanã gira em torno de 18 exames mensais, enquanto o exame de ressonância magnética é de seis ao mês. Sendo que o exame de ressonância magnética não é realizado com crianças, pois não existe pactuação para este procedimento. Esclareceu-nos também que o contraste para o procedimento do exame custa R\$ 100,00 e a anestesia R\$ 50,00, mas que a SMS não financia essa anestesia e nem o contraste. Havendo possibilidade de realização destes exames com pagamento particular da anestesia e do contraste, quando necessário.

Com isso, verificamos a necessidade de alinharmos junto a SMS, ações para aumentar o quantitativo da pactuação ou aperfeiçoarmos nosso aparelho estatal para tornarmos independente, tendo em vista o quantitativo de demanda apresentado pelo município referente a esses exames.

Com a Unidade de Referência Especializada (URE) Demétrio Medrado, em Belém estabeleceu-se uma parceria para entrega de cadeiras de rodas e equipamentos de próteses, órteses e muletas aos(as) alunos(as)/usuários(as) do

Centro. Dessa maneira estabelecemos uma forma de política integrada que garanta, entre outras coisas, o bem estar social das pessoas portadoras de deficiência. A doação de equipamentos de órtese e prótese é apenas uma parte do programa de acessibilidade. Outra medida da condução de política integrada é a expansão da Coordenadoria de Educação Especial (COEES), que ampliará as oportunidades de assistência e capacitação aos portadores. Conforme as relações estabelecidas em parceria, o CAEE tem a proposta de integrar ações de saúde, educação e habitação, entre outros, com objetivo de atender a população com necessidades educacionais especiais de forma mais completa no município.

Dessa forma, a descentralização dos serviços do Estado de reabilitação e atenção especial para todas as regiões tem facilitado a garantia dos direitos dos(as) alunos(as) com necessidades especiais no CAEE de Maracanã. Os(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais têm acesso aos equipamentos especiais a partir do diagnóstico que é encaminhado pelo seu município de origem para a Secretária Estadual de Saúde do Pará (SESPA).

Na capital, o atendimento é feito na URE Demétrio Medrado. Após avaliação de fisioterapeutas, a SESPA providencia a prótese ou órtese necessária, além de realizar o acompanhamento técnico junto ao(a) paciente. A solicitação deve ser feita a partir do laudo médico e apresentação de documento pessoais e comprovante de residência. No Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) são realizados diagnósticos e tratamentos de média e alta complexidade. Significa dizer que, para ter acesso à primeira consulta nos ambulatórios, os(as) pacientes precisam ser encaminhados(as), por meio de guia de referência, pelas Unidades Básicas de Saúde do município ou do Estado.

O Instituto de Saúde Auditiva (ISA) um programa de saúde auditiva do HUBFS que "protetisa" as pessoas com deficiência auditiva que a instituição realiza desde 2006, fazendo com que o HUBFS seja considerado um dos poucos hospitais na região Norte a realizar a atividade com atendimento multiprofissional.

Nos casos de perda profunda da audição os(as) pacientes passam por uma triagem para receber o implante. Para obter melhor resultado, o ideal é que a pessoa tenha tido perda auditiva pós-lingual, ou seja, depois da aquisição da linguagem e quanto mais cedo à criança for tratada, melhor o resultado na recuperação da audição. A iniciativa faz parte de um convênio do HUBFS com o Ministério da Saúde

e objetiva entregar 200 aparelhos por mês. Hoje, o programa faz a adaptação da prótese em 70 pacientes mensalmente. Nesse conjunto de pacientes estão os(as) alunos(as) matriculados(as) no CAEE que foram beneficiados(as) com mais uma parceria que tem ajudado a realizar a inclusão dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais em Maracanã.

Desde o início do tratamento até a realização do implante, diversas serão as etapas que o(a) paciente se submeterá. Para início de tudo, a pessoa deverá procurar a Unidade Municipal de Saúde, de onde receberá o encaminhamento ao HUBFS, através do Departamento de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao chegar no Bettina Ferro será cadastrado(a) no sistema do hospital, passando pelo atendimento do médico residente, o qual fará uma triagem no atendimento.

Outra parceria de grande importância para o CAEE é a articulação com a Secretaria de Assistência Social e seus programas de benefícios. Com a Secretaria de Assistência Social o CAEE trata de questões como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Ele também contribui para a formação de estoques estratégicos e o abastecimento do mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos(as) agricultores(as) familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores(as) familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e

intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao(à) idoso(a), com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a um quarto do salário mínimo vigente. Benefícios Eventuais, Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e BPC na escola.

Diante de alguns questionamentos e esclarecimentos da Secretaria, definimos novas formas de aproximações e modelo de atendimento, como os encaminhamentos dos documentos de referência e contra referência de usuários que chegam ao serviço.

Com relação aos benefícios eventuais, são de caráter complementar e provisório, prestados aos cidadãos(ãs) e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. Os Benefícios Eventuais são assegurados pela Lei nº 12.435/2011. Juntamente com os serviços socioassistenciais, integram organicamente as garantias do Sistema com fundamentação nos princípios de cidadania e dos direitos sociais e humanos. A oferta de Benefícios Eventuais pode ocorrer mediante apresentação de demandas por parte de indivíduos e familiares em situação de vulnerabilidade, ou por identificação dessas situações no atendimento dos(as) usuários(as) nos serviços socioassistenciais e do acompanhamento sociofamiliar no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

Os Benefícios Eventuais configuram-se como elementos potencializadores da proteção ofertada pelos serviços de natureza básica ou especial, contribuindo dessa forma, com o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares. O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS trata dessa articulação entre a prestação dos Benefícios Eventuais e os serviços socioassistenciais.

Com a Secretaria de Agricultura, o CAEE pauta questões importantes e pertinentes para uma atuação em parceria; o repasse do PAA, o desenvolvimento de uma horta trabalhada pelos(as) alunos(as) com necessidades especiais, o Projeto

“Roseiral” com uso e cultivo de rosas, o espaço da referida Secretaria é utilizado para passeio e atividade dos(as) alunos(as) atendidos(as). Percebe-se que as secretarias compartilharam de um mesmo desejo; uma ação articulada com as redes de serviço. A Secretaria aponta algumas alternativas possíveis para possibilitar as ações em parceria, contudo expressa limitações de recursos humanos para operacionalizar os projetos.

Coloca-se à disposição os espaços para o incentivo às práticas agrícolas domésticas, orientações sobre o plantio por parte dos técnicos, palestras e seminários junto às escolas do município e outras práticas que venham potencializar as ações em rede e o incentivo as atividades laborais dos alunos atendidos pelo CAEE.

Diante da Secretaria de Transporte a equipe do CAEE trata dos transportes terrestres e fluviais que conduzem os(as) alunos(as). Nos últimos anos o transporte terrestre chegava com muito atraso. Com isso, a maioria dos atendimentos eram reagendados e os(as) alunos(as) voltavam à suas casas sem seus atendimentos com os(as) profissionais. A dificuldade dos(as) alunos(as) das praias são os barcos que não chegam a determinados lugares, por conta da região ser bastante acidentada. Nos lugares que chegam, por vezes, precisam pegar um transporte terrestre que é pago.

Nesse sentido, buscamos o secretário de transporte para garantir que todos(as) alunos(as) cheguem para seu atendimento no horário previsto. Diante disso, o mesmo propôs uma reunião com a prefeita para tratar dos transportes fluviais, bem como propor um convênio com barcos de transporte de passageiros. Com relação ao transporte terrestre, disponibilizou um ônibus exclusivo para os(as) alunos(as), já que antes, apenas um ônibus fazia o transporte deles para as escolas municipais e depois dos(as) alunos(as) e usuários(as) do Centro, assim, chegando atrasados(as). Diante dessas dificuldades, foi disponibilizada, pela prefeitura, uma van para transportar os familiares dos(as) alunos(as) com necessidades especiais para as unidades de saúde que tem parceria com o Centro.

Com a Secretaria de Cultura articulou-se ações e serviços em atividade no momento; “Curso de Musicalização” com dois instrutores em atividade, realização e apoio a eventos culturais de pequeno, médio e grande porte e realização de oficinas pontuais abordando temáticas diversas que envolvam saberes culturais locais.

Outra parceria que compreende grande importância são as participações dos pais na fiscalização e busca de melhoria para o Centro. O CAEE foi convidado pelos pais dos(as) alunos(as) atendidos(as) pelo Centro para participar de uma reunião para criação de uma Associação. A proposta da reunião é criar uma Associação de Pais e Amigos(as) dos(as) Alunos(as) atendidos(as) pelo CAEE que terá como sigla APAAC. O objetivo da associação pautada pelos pais foi de fortalecer a instituição para garantir os direitos das crianças atendidas, bem como qualificar os espaços de atendimento e trazer ações que possam beneficiar toda comunidade de Maracanã. Os(as) técnicos(as) reiteraram a importância e os benefícios que uma associação pode trazer para uma comunidade e colocaram a instituição a disposição para dialogar e apoiar junto a rede institucional a iniciativa dos pais.

De forma clara, apresentamos a diferenciação entre a instituição pública e associativa para fins de resoluções de questões pertinentes a cada esfera política. Colocamos a importância do papel de cada um no processo de construção coletiva, da representação do controle social em uma comunidade e seu poder mobilizador e fiscalizador das políticas públicas no município.

Maracanã foi um dos municípios contemplados pelo Projeto RONDON do Ministério da Defesa. O Projeto RONDON, coordenado pelo Ministério da Defesa, é um projeto de integração social que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. Este Projeto realizou várias intervenções no município e uma destas ocorreu em parceria com o CAEE. Uma delas, foi ações de promoção de saúde bucal, teatro de fantoches, fuxico e oficina de leitura com os(as) alunos(as) atendidos pelo Centro.

Realizou-se uma atividade educativa e recreativa, um teatro de fantoches no qual os personagens principais são o jacaré, o dentista e o dente. Nessa atividade as crianças e seus pais foram estimulados a cuidados referentes à alimentação, a frequência e maneira correta de escovar os dentes. Após o teatro aconteceu a escovação dental supervisionada com aplicação tópica de flúor 2% em crianças de 2 a 13 anos (idade aproximada) e também nos(as) usuários(as) do CAEE das mais diversas idades. Paralelo à escovação, foram realizadas mais duas atividades concomitantemente, uma com os pais e outra com as crianças. Enquanto os pais

estavam na oficina de fuxico, as crianças participavam da sala de leitura. Na oficina de fuxico, os pais foram orientados a confeccionar moldes, recorte de tecido e costura. Na sala de leitura crianças de diversas faixas etárias foram organizados(as) em um só grupo e os(as) representantes do projeto realizaram através de atividades lúdicas o estímulo à leitura.

Observou-se durante a intervenção que, na maioria dos pacientes há diversos problemas na saúde bucal, o que nos deixa a preocupação com relação aos nossos pacientes; e nos referencia a buscar uma nova atividade referida à saúde bucal para o segundo semestre. Nesse sentido, o CAEE buscará uma parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para realização da atividade proposta, haja vista, a importância de um atendimento específico para esta população. Uma estudante produziu um parecer odontológico para encaminhamento de uma das alunas, pois a mesma sentiu a necessidade de um atendimento do Centro Especializado Odontológico (CEO).

Por fim, a parceria com a coordenação de educação especial (COEES) da Secretaria de Educação. A Constituição já relaciona 34 direitos dos trabalhadores, como seguro-desemprego, fundo de garantia do tempo de serviço e salário mínimo, sem prejuízo da criação, por lei ordinária, de outros direitos. Ao tornar a qualificação profissional um direito constitucional dos trabalhadores brasileiros urbanos e rurais, ela poderá ser reivindicada tanto administrativa (com a exigência do incremento de políticas públicas) como judicialmente. A falta de qualificação atinge desde as atividades relacionadas à alta tecnologia até as que exigem menos conhecimentos científicos, como os ofícios de padeiro, pedreiro e costureira. A carência de qualificação, além de prejudicar os desempregados, compromete a previsão de crescimento econômico do País para os próximos anos.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) na atual gestão vem disponibilizando cursos de formação continuada para professores do município de educação especial e inclusiva. Essa iniciativa aproxima os professores do entendimento da política de educação especial e inclusiva e de uma qualificação específica diante da demanda que a educação no município de Maracanã tem apresentado. No entanto, o curso é oferecido apenas para os professores que se encontram em sala de aula. Com essa pauta solicitou a gestão um curso de qualificação a todos os funcionários, bem como participações em eventos externos

sobre a temática da educação especial. Acompanhar as novas ações e políticas sobre educação especial significa atualizar conhecimentos para melhor atender ao público usuário do serviço.

Desse modo, faz-se necessário o acompanhamento permanente dos(as) usuários(as) neste serviço e dos serviços de municípios parceiros, acompanhamento permanente e diário desses atendimentos garante a qualidade e a evolução dos casos de forma a desenvolver a autonomia dos(as) usuários(as) do CAEE paulatinamente. Com estas ações, a instituição visa proporcionar um trabalho interdisciplinar cujas práticas profissionais sejam pautadas transversalmente em sua totalidade e nas ações que possam atingir integralmente o sujeito em sua perspectiva biopsicossocial.

Entendemos que a cooperação e a colaboração entre instituições trarão resultados significativos ao atendimento, mesmo que a escassez de recursos materiais, humanos e até mesmo estruturais apresente-se entre as referidas secretarias municipais. Dessa forma então, é que surge o aprimoramento das ações intersetoriais. Em linhas gerais, a análise das estratégias de cooperação entre as secretarias envolvida na implementação da política voltada à pessoa com deficiência, passa pela compreensão da dinâmica de cada setor e dos mecanismos e incentivos oferecidos aos setores para que trabalhem de forma efetiva as práticas de uma ação intersetorial no município.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, procurou-se registrar as reflexões que foram desenvolvidas a respeito do processo de inclusão de alunos do ensino regular com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais, ações e resultados encontrados desde a implantação do centro até os resultados dos atendimentos realizados. Evidenciou-se que as práticas terapêuticas e pedagógicas do Centro desde a implantação têm favorecido para a compreensão dos aspectos de educação inclusiva dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais nas escolas do ensino regular do município. Não obstante, a compreensão dos professores sobre a Constituição Federal de 1988 que garante como princípio básico uma educação de qualidade para todos, independentemente de condições de raça, cultura, desenvolvimento ou condições socioeconômicas, oportuniza o acesso e permanência em todos os seus aspectos (pedagógico e de acessibilidade) o acesso à escola. A escola encontra-se profundamente questionada e solicitada diante desse desafio, e tem grandes expectativas quanto ao trabalho dos(as) profissionais que nela atuam.

Constatou-se, com base no referencial teórico pesquisado, que as ações realizadas em parcerias com as secretarias municipais, denominadas de ações intersetoriais trazem consigo a compreensão do(a) aluno(as) como um sujeito biopsicossocial e precisa ser concebido em sua totalidade. Esse entendimento tem favorecido o projeto de educação inclusiva junto à rede intersetorial no município.

O processo tem acontecido de forma complexa e com muitos esforços de ambas as secretarias (Educação, Saúde, Cultura e Assistência). Assim como as parcerias, as formações continuadas para os professores que atuam nas escolas da rede municipal aparecem como uma ação que vem contribuindo de forma significativa para a compreensão desse fenômeno que é a educação especial e inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais. Desta maneira, para oferecer para todos os(as) alunos(as) condições e espaços acessíveis e necessários para um aprendizado significativo faz-se necessário fazê-lo em conformidade com os princípios que norteiam a proposta da educação inclusiva. Esses princípios são fundados na busca de uma sociedade mais justa e mais humana para todos traduzidos no atendimento de qualidade para todos(as) os(as) alunos(as). No

entanto, entende-se que com base na pesquisa realizada neste trabalho torna-se visível a continuidade e aprimoramento das políticas de educação especial e inclusiva por parte da secretaria de educação visando o melhoramento nos serviços oferecidos pela rede municipal no atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Robenilson Moura. *II Relatório das Atividades do Planejamento Semestral do Centro de Atendimento Educacional Especializado "Luiz Carlos da Costa Araújo"*. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Relatório. Maracanã, 2014. Relatório digitalizado.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiências. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. Lei n. 10.216 de 06 de abril de 2001, Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em 23 Dez. 2014.

_____. Lei n. 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiências. 7. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto n° 6.571, de 17 de setembro de 2008. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Saúde. HumanizaSUS - Acolhimento com avaliação e classificação de risco: um paradigma ético - estético de fazer em saúde. Brasília, 2004.

_____. Ministério de Estado das Cidades. Portaria n. 610 de 26 de dezembro de 2011. Publicado no DOU, Seção 1, p. 59-60, de 27 de dezembro de 2011.

CLOUGH, Peter. *Teorias da Educação Inclusiva. Guia do Estudante*. Londres, Sage / Paul Chapman Publishing, 2000. Disponível em: <http://wikipedia.org/wiki/educacao_inclusiva>. Acesso em: 28 mar. 2014.

CORREIA, L. de M. *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto, Portugal: Porto, 1999.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em:

<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

GUIA Acessibilidade e Mobilidade para todos: Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163, de 08 de agosto. Ed: Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiências. Brasília, 2009.

II CONFERÊNCIA Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiências. Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social. Relatório. Belém, 2008. Relatório digitalizado.

JUNQUEIRA, L. A. P., INOJOSA, R. M. & KOMATSU, S., Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal do Brasil: A experiência de Fortaleza. In.: *XI Concurso de Ensayos del CLAD*, Caracas:, 1997.

MAZZOTTA, Marcos J.S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

NADJA G.S.; Dutra Montenegro; SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto; SOUSA, Valdemice Costa de. *Cartilha de Acessibilidade a Edificações, Espaços e Equipamentos Urbanos*. 1 ed./ Elaboração:. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

PAIVA, Adriana Catarina de Carvalho. *Educação Musical no Programa Cordas da Amazônia: descrição analítica dos procedimentos metodológicos das turmas de violoncelo*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Arte – ICA - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PEREIRA, Elza Carneiro. *Atuação do orientador educacional junto aos alunos com necessidades educacionais especiais*. Monografia (Especialização) - Pós-Graduação Lato Sensu, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

PNUD/UNESCO/UNICEF/BANCO MUNDIAL. Declaração sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: 1990 (versão portuguesa). UNICEF, Brasília, s.d.

RELATÓRIO das Atividades do Planejamento Semestral do Centro de Atendimento Educacional Especializado “Luiz Carlos da Costa Araújo”. Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Relatório. Maracanã, 2013. Relatório digitalizado.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. O desafio da gestão das redes de políticas. In: *Congresso Internacional Del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, 7., Lisboa, Portugal, 2002.